



PREFEITURA DE SOBRAL

Pregão Eletrônico nº PE26002 - AMA
Processo nº P449351/2026
Número LICITANET: 066/2026

A Agência Municipal do Meio Ambiente, por intermédio do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio designados por ato do Prefeito do Município de Sobral e Portaria nº 003/2024-CELIC, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇO**, na forma **ELETRÔNICA**.

1. DO TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA

3. DA BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 3.737 de 05 de setembro de 2025; Decreto Municipal nº 3.216 de 26 de julho de 2023 Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4. OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de material hidráulico, conforme as especificações e quantitativos previstos neste Edital e seus anexos.

4.1. A licitação será realizada por Lote conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

5. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

5.1. O edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios www.sobral.ce.gov.br, campo: SERVIÇOS/LICITAÇÕES e <https://www.licitanet.com.br/processos>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema LICITANET, no endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br/login>, pelo pregoeiro(a) Aline de Vasconcelos Soares.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 12/06/2026, ÀS 08H

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24/06/2026, ÀS 09H

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 24/06/2026, ÀS 09H

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 24h (Vinte e quatro) horas a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Sobral, na Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º Andar, Centro, Município de Sobral/CE, CEP: 62.011-065.

7.2. Horário de expediente da Prefeitura Municipal de Sobral: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no sistema LICITANET



PREFEITURA DE SOBRAL

(<https://licitanet.com.br/>), por meio de identificação e senha pessoal intransferível.

8.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

8.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

8.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5. Para os **LOTES 01 e 02** a participação é **exclusiva** a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados na forma da Lei, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, e, às cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei nº 11.488/2007.

8.6. As microempresas, empresas de pequeno porte, as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos na lei, e desde que não se encontrem em qualquer das exclusões previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema Licitanet para o exercício do tratamento jurídico simplificado e diferenciado previsto na referida Lei.

8.6.1. A falsidade da declaração de que trata o item 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

8.7. Não poderão disputar esta licitação com base no art. 14 da Lei nº 14.133/2021:

8.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

8.7.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação

8.7.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;



8.7.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8.7.5. Empresas estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

8.7.6. Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame;

8.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP), atuando nessa condição;

8.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

8.7.9. Pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

8.7.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

8.7.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

8.8. É vedada a participação de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no item 9.3 abaixo.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

9.2.1. As decisões do pregoeiro, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação.

9.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no item 9.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma de realização do certame, ou pelo e-mail pregaocelic@sobral.ce.gov.br, até às 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotora da licitação e pregoeiro responsável.

9.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.



9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos estão previstos no Termo de Referência, anexo A do presente Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por via digital autenticada através de assinatura digital.

10.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública contratante, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.3.1. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

10.3.1.1. A verificação no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

10.3.1.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.3.1.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

10.3.1.4. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

10.3.1.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. Será verificado se o licitante assinalou a declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.7. A habilitação será verificada por meio dos documentos anexados à Plataforma e associados ao Processo.



10.7.1. O licitante é responsável pelos atos praticados na Plataforma, dessa forma, o mesmo deverá se preparar para a participação no processo e deverá se instruir a respeito da utilização da Plataforma.

10.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.7.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na Plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.7.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, prorrogável por igual período, quando solicitado e justificado pelo licitante.

10.9.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.10. A exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.11. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.11.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

10.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (Art. 42 da LC nº 123/2006).



10.16. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

10.17. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica.

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

11.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, a proposta eletrônica com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

11.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

11.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargo previstas em outras normas específicas, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.5.1. Nos lotes exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

11.2.5.1.2. Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

11.2.6. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.2.7. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;

11.2.8. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;



PREFEITURA DE SOBRAL

11.2.9. que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

11.2.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.2.1 ao 11.2.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

11.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

11.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Conforme solicitação do pregoeiro (a), o licitante deverá enviar os documentos complementares no prazo, conforme cada caso.

11.5.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

11.5.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na desclassificação do licitante.

11.6. A não apresentação de autodeclarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, exceto a prevista no item 11.2.1, não implicarão na desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Administração mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no item 11.5 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

11.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema;

12.1.1. Os preços deverão ser expressos em reais, com até **2 (duas) casas decimais**.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



12.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

12.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

12.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

13.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

13.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global do lote**.

13.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

13.8. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação **aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta** deverá ser de R\$ 0,01, utilizando como referência **o valor global do lote**.

13.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



13.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

13.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item acima.

13.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

13.11.1. Valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e;

13.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 13.11. possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

13.13. No modo de disputa “aberto e fechado” os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

13.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

13.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

13.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

13.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.19. No caso em que a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada seja de outro Estado da federação e caso haja microempresa ou empresa de pequeno porte do Estado do Ceará em situação de empate de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido em situação de empate estabelecida no § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 123/2006 e conforme o inciso I do art. 48 do mesmo dispositivo, esta poderá apresentar proposta de preço



inferior, quando o critério for o menor preço àquela da microempresa ou empresa de pequeno porte de outra unidade da federação.

13.19.1. O pregoeiro verificará, após encerrada a fase de lances de todos os lotes, a situação prevista no item 13.19. para que a ME ou EPP do Estado do Ceará melhor classificada apresente, no prazo de 1 (uma) hora após sua convocação no chat de mensagens, proposta de preço inferior àquela apresentada por ME ou EPP de outro Estado da Federação.

13.19.2. Não havendo manifestação do licitante, o pregoeiro verificará a existência de outro em situação prevista no item 13.19., oportunizando a este as mesmas condições estabelecidas no item 13.19.1. Caso não ocorra outra situação prevista no item 13.19., o pregoeiro emitirá mensagem, e informará a proposta de menor preço dando por encerrada a fase de disputa.

13.19.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

13.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

13.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

13.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

13.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

13.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle

13.20.2. Persistindo o empate será assegurada preferência, sucessivamente aos (bens) ou (serviços) produzidos ou prestados por:

13.20. 2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

13.20.2.2. Empresas brasileiras;

13.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e outras providências.

13.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

13.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

13.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



13.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

13.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas após a negociação realizada, enviar proposta adequada ao último lance por ele ofertado. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado e justificado pelo licitante.

13.21.4.1. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao **Anexo A- Termo de Referência.**

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 8.9 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- e) Relação de inabilitados e inidôneos do Tribunal de Contas da União.
- f) Consulta ao cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNIA), (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992 e, art. 160 da Lei nº 14.133/2021. A consulta aos cadastros será realizada também em nome do responsável técnico detentor de atestados de responsabilidade técnica, observado o art. 160 e § 12 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que tenha dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando for o caso.

14.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas no SICAF.

14.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.2.1.1.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

14.2.1.1.1.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado/inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

14.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

14.4.1. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que



trata o item anterior.

14.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

14.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

14.6.1. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, inclusive aqueles relativos à habilitação, não implicará na desclassificação ou inabilitação imediata da licitante. Compete ao pregoeiro conceder prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

14.7. A ausência de documentos possíveis de serem verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

14.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.8.1. Contiver vícios insanáveis;

14.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

14.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

14.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.8.6. Deixar de apresentar a declaração de que trata o item 11.2.1 deste edital.

14.8.7. Não apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o edital, quando for o caso.

14.9. A disputa será realizada por Lote, sendo os preços registrados em Ata, pelo valor unitário do item.

14.9.1. A proposta final para o Lote não poderá conter item com valor superior ao estimado pela administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total do Lote.

14.10. A ausência de documentos possíveis de serem verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

14.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

14.12. É indício de inexequibilidade as propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 58 do Decreto Municipal nº 3.737/2025.

14.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

14.12.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.12.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus

respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

14.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

14.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

14.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da comunicação da declaração de habilitado o vencedor.

15.3. A manifestação da intenção de recorrer sobre a impugnação do julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, será realizada conforme a seguir:

15.3.1. Da manifestação da intenção de recurso da classificação da Proposta:

15.3.1.1. Qualquer licitante poderá, após encerrada a fase de negociação, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

15.3.2. Da manifestação da intenção de recurso da fase da Habilitação:

15.3.2.1. Qualquer licitante poderá, após declaração de habilitado o vencedor, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

15.4. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade máxima, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.7.1. Caso a licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante



não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pela proponente.

15.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhe couber e na Central de Licitações no endereço constante 7 deste edital.

16. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

16.2. Para efeito de homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as condições previstas no art. 18 do Decreto nº 3.216/2023, inclusive em relação a formação do cadastro reserva e demais licitantes classificados na licitação:

16.2.1. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o **ANEXO B** deste edital;

16.2.2. a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações; e

16.2.3. Será incluído na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme Decreto nº 3.216/2023.

16.2.3.1. O licitante que deseje prestar o serviço com descontos iguais ao do licitante vencedor poderá, após 5 (cinco) minutos da comunicação do julgamento do(s) recurso/contrarrazões, ou no declínio dos licitantes recorrerem, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de fazer parte do cadastro de reserva.

16.2.3.2. Se houver mais de um licitante na situação de que trata este subitem 16.2.3, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

16.2.3.3. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva e dos demais classificados da licitação, a que se refere o subitem 16.2.3, será efetuada nas hipóteses previstas nos §§ 3º, 5º e 6º do artigo 19 do Decreto nº 3.216/2023 e quando houver necessidade de convocação de fornecedor em razão do disposto no artigo 33 do mesmo Decreto.

16.2.3.4. A responsabilidade pela habilitação de trata o subitem 16.2.3.3 será do pregoeiro nas hipóteses previstas nos §§ 3º, 5º e 6º do artigo 19 do citado Decreto, e do órgão ou entidade gerenciadora, quando se tratar de convocação em decorrência do disposto no artigo 33 deste Decreto.

16.3. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelas licitantes vencedoras dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o **ANEXO B**, deste edital.

16.4. Após a convocação, o fornecedor adjudicatário terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para assinar a ata de registro de preços, nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela administração.

16.4.1. A recusa do fornecedor adjudicatário em assinar a ata de registro de preços caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-o às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, garantida a ampla defesa e o contraditório.



16.4.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

16.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição do bem pretendido, desde que devidamente motivada.

16.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições e quantidades ou valores remanescentes.

16.6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou valores fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.6.2. O contrato decorrente do registro de preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata e passará a ter eficácia com a sua publicação no Diário Oficial do Município.

16.7. Aplicam-se as demais disposições previstas no Decreto nº 3.216/2023.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Central de Licitações do município de Sobral será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este edital.

17.2. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o **ANEXO B**, será assinada pelo titular da Central de Licitações do município de Sobral, pelo órgão detentor do Registro de Preços e pelo fornecedor legalmente credenciado e identificado.

17.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços dos licitantes vencedores, bem como dos licitantes que aceitarem cotar o bem com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

17.3.1. O registro a que se refere o item 17.3 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no Decreto nº 3.216/2023.

17.3.2. Na hipótese do adjudicatário ou dos licitantes que concordaram formar o cadastro de reserva recusarem-se assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido neste edital, ou ocorrendo alguma das hipóteses previstas abaixo, a Administração Pública Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços.

17.3.2.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

17.3.2.2. Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021;

17.3.2.3. Não aceitar o preço revisado pela administração municipal;

17.3.2.4. Quando a ata de registro de preços for cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador por fato superveniente, decorrente dos casos de:

a) força maior,

b) caso fortuito;

c) fato do príncipe;

d) em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado.

17.3.2.5. Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente.

17.4. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de



PREFEITURA DE SOBRAL

procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo assegurado ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.5. O órgão detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto aos fornecedores detentores de preços registrados na Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações previstas, durante a vigência do documento supracitado.

17.6. Os fornecedores detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado ao órgão detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos, locais, e demais condições definidas no **Anexo A - Termo de Referência** deste edital.

17.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal na condição de órgão interessado, mediante consulta prévia ao órgão gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina o inciso II do § 3º do artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, incluído pela lei nº 14.770/2023.

17.8. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços recusando-se a fornecer o objeto licitado ao órgão detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), não aceitando reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado, ou nos casos em que for declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública, e ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado, terá o seu registro cancelado.

17.9. A **Central de Licitações do município de Sobral** providenciará a publicação da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Município, na página oficial da Prefeitura Municipal de Sobral e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.10. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes no Decreto nº 3.216/2023.

17.11. A **Central de Licitações do município de Sobral** convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.12. Não havendo êxito nas negociações com os fornecedores com preços registrados, o gestor da Ata poderá convocar os demais fornecedores classificados ou cancelar o item/lote, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

17.13. As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão publicadas no Diário Oficial do Município e na página oficial da Prefeitura Municipal de Sobral e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.14. As demais condições encontram-se estabelecidas no **ANEXO B - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro ou pelo órgão ou entidade demandante da licitação, em sede de diligência;

18.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



PREFEITURA DE SOBRAL

- 18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 18.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
- 18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra, quando for o caso, em desacordo com as especificações do edital;
- 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 18.1.5. fraudar a licitação
- 18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 18.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 18.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 18.1.6.3. apresentar amostra, quando for o caso, falsificada ou deteriorada;
- 18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 18.2.1. advertência;
 - 18.2.2. multa;
 - 18.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 18.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4. A sanção de multa calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor licitado ou contrato celebrado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
 - 18.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



18.4.1.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 3% (três por cento) e para o item 18.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor licitado ou contrato celebrado.

18.4.1.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor licitado ou contrato celebrado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



PREFEITURA DE SOBRAL

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.15. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), o qual poderá ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Caso não o faça, será cobrado pela via judicial.

18.16. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

19. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 81.100,67 (oitenta e um mil e cem reais e sessenta e sete centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do subitem 2 do **Anexo A- Termo de Referência**.

20. DA HOMOLOGAÇÃO

20.1. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente.

20.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de homologação.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

21.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

21.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação.

21.3. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

21.4. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas respectivamente nos Anexos A e C – Termo de Referência e Minuta do Contrato, parte integrante deste edital.

21.5. Da Garantia

21.5.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

21.6. Da Subcontratação

21.6.1. Não será admitida a subcontratação.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



PREFEITURA DE SOBRAL

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.7. O pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da licitação, a Administração e as licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

22.8. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

22.9. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.10. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

22.11. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

23. DOS ANEXOS

23.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO A – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO B – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO C – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO D - MODELO DE CARTA PROPOSTA READEQUADA

ANEXO E – JUSTIFICATIVA PARA A NÃO PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Euler Fonseca Rodrigues
Diretor Presidente - AMA



ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: Diretoria de Praças, Parques, Áreas Verdes e Unidade de Conservação - AMA

1. DO OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de material hidráulico, conforme as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

1.1. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com a forma de fornecimento POR DEMANDA.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

LOTE 01 - MATERIAIS HIDRÁULICOS DIVERSOS.			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM/ ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA	UNID./ MEDIDA	QUANT.
1.1	ADAPTADOR PARA POLIETILENO 20 x 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE	50
1.2	ADAPTADOR PARA POLIETILENO 20 x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE	100
1.3	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 25 MM X 3/4", PARA ÁGUA FRIA	UNIDADE	80
1.4	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 32 MM X 1", PARA ÁGUA FRIA	UNIDADE	80
1.5	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 40 MM X 1 1/4" COM BOLSA E ROSCA, PARA ÁGUA FRIA	UNIDADE	50
1.6	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 50 MM X 1 1/2" COM BOLSA E ROSCA, PARA ÁGUA FRIA	UNIDADE	50
1.7	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 60 MM X 2" COM BOLSA E ROSCA, PARA ÁGUA FRIA	UNIDADE	50
1.8	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 75 MM X 2 1/2" COM BOLSA E ROSCA, PARA ÁGUA FRIA	UNIDADE	40
1.9	CAP PVC SOLDÁVEL DIAM. 25MM (3/4"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM, PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50
1.10	CAP PVC SOLDÁVEL DIAM. 32MM (1"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM, PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50
1.11	CAP PVC SOLD. MARROM DIAM. 40MM (1 1/4"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50
1.12	CAP PVC SOLD. MARROM DIAM. 50MM (1 1/2"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50
1.13	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	50
1.14	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	50
1.15	PLUG PVC ROSCÁVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	60
1.16	PLUG PVC ROSCÁVEL 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	60
1.17	BUCHA REDUÇÃO PVC ROSCÁVEL DE 1 1/4 x 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	80
1.18	LUVA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 1 x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PVC, PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	70
1.19	LUVA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 3/4 x 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PVC, PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	50
1.20	LUVA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 32 x 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	117
1.21	LUVA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 40 x 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNIDADE	117
1.22	LUVA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 75 x 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNIDADE	58
1.23	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1 1/2"	UNIDADE	20



PREFEITURA DE SOBRAL

1.24	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1 1/4".	UNIDADE	20
1.25	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1".	UNIDADE	20
1.26	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 3/4".	UNIDADE	50
1.27	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 25MM.	UNIDADE	30
1.28	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 32MM.	UNIDADE	20
1.29	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 40MM.	UNIDADE	20
1.30	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 50MM.	UNIDADE	20
1.31	LUVA PVC SOLDÁVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	117
1.32	LUVA PVC SOLDÁVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	117
1.33	LUVA PVC SOLDÁVEL 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	58
1.34	LUVA PVC SOLDÁVEL 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	58
1.35	LUVA PVC SOLDÁVEL 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	58
1.36	TUBO PVC SOLDÁVEL 50MM (1 1/2"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	90
1.37	TUBO PVC SOLDÁVEL 32MM (1"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	120
1.38	TUBO PVC SOLDÁVEL 60MM (2"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	90
1.39	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM (3/4). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	180
1.40	TUBO PVC, SOLDÁVEL 40MM (1 1/4"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	90
1.41	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCÁVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	20
1.42	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	30
1.43	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	20
1.44	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 40 MM, COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	20
1.45	TE PVC SOLDÁVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE	100
1.46	TE PVC SOLDÁVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE	50
1.47	REGISTRO DE ESFERA COM CABEÇA QUADRADA 3/4.	UNIDADE	30
1.48	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	80
1.49	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	50
1.50	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	30
1.51	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	30



PREFEITURA DE SOBRAL

1.52	JOELHO 90° DE PVC SOLDÁVEL DE 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	20
1.53	VALVULA RETENÇÃO PÉ C/CRIVO - 25MM (1"). MARRON	UNIDADE	20
1.54	VALVULA RETENÇÃO PÉ C/CRIVO - 20MM (3/4). MARRON	UNIDADE	20
1.55	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 850G.	UNIDADE	19
1.56	FITA VEDA ROSCA 25M x 3/4".	UNIDADE	58
1.57	SILICONE ACÉTICO USO GERAL INCOLOR 280G.	UNIDADE	58

LOTE 02 - COMPONENTES DE IRRIGAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM/ ESPECIFICAÇÃO TECNICA MINIMA	UNID./ MEDIDA	QUANT.
7.1	ASPERSOR ENGATE RÁPIDO. FIXAÇÃO NO TERRENO ACOPLADO, TIPO: GIRATÓRIO, ABASTECIMENTO: MANGUEIRA, ARCO: 360°, ALCANCE MÍNIMO: 12 M, PRESSÃO MÍNIMA: 4 BAR, DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4", MATERIAL DE FABRICAÇÃO: CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	UNIDADE	123
7.2	ASPERSOR ROTOR SUBTERRANEO, ESTÁTICO, ABASTECIMENTO: REDE SUBTERRÂNEA, ARCO: 360° AJUSTÁVEL, ALCANCE MÍNIMO: 6M, PRESSÃO MÍNIMA: 1,7BAR, DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4", VAZÃO MÍNIMA: 0,10M3/H, TIPO DE ASPERSOR: SPRAY.	UNIDADE	170
7.3	MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO JATO LATERAL, ALCANCE: 2M, MICROJATO: 0,50M, POSIÇÃO DOS EMISSORES: LATERAL, ROLO 100M.	ROLO	10
7.4	MANGUEIRA EMBORRACHADA ¾. ROLO COM 50M. FLEXÍVEL E RESISTENTE, MATERIAL EM PVC, PAREDE 3MM, NAS CORES VERDE OU AZUL.	ROLO	30
7.5	ASPERSOR CANHÃO 1/2 RAIO 8 A 12 METROS. ÂNGULO DE ROTAÇÃO REGULÁVEL: 0/360, RAIO: 8 - 12 M, VAZÃO: 10 - 19.5 L/MIN, BATENTE AJUSTÁVEL.	UNIDADE	70
7.6	CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO EM POLIPROPILENO. ENTERRADA PISO PASSEIO ATÉ 10M, DIÂMETRO 7MM, TAMANHO DE CONEXÃO ¾ COM POSIÇÕES LATERAIS.	UNIDADE	10

2.1 Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. Para os **LOTES 01 e 02** a participação é **exclusiva** a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados na forma da Lei, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, e, às cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei nº 11.488/2007.

2.5. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS:

Os materiais hidráulicos relacionados são compostos majoritariamente por peças em PVC rígido, desenvolvidas para condução de água fria sob pressão, conforme normas técnicas vigentes, como a NBR 5648. Apresentam características de alta durabilidade, resistência à corrosão, leveza e facilidade de instalação, sendo apropriados tanto para uso predial quanto em sistemas de irrigação. As conexões, disponíveis nos modelos soldáveis e roscáveis, permitem união segura entre tubos e componentes diversos, com vedação garantida por adesivo plástico ou fita veda-roscas, conforme o tipo de encaixe. Os tubos, fornecidos em barras de 6 metros, apresentam acabamento marrom, padrão para redes de água fria, com diâmetros variados para atender diferentes pressões e vazões. Os registros e válvulas de esfera asseguram o controle do fluxo de água, enquanto as válvulas de sucção impedem o retorno de líquidos em sistemas de captação. A linha de adaptadores, plugs, luvas, joelhos, reduções e "Tês" oferece ampla flexibilidade de montagem, permitindo configurações diversas conforme a necessidade do projeto. Os acessórios complementares, como silicone acético, adesivo e fita veda-roscas, garantem a estanqueidade e a integridade das conexões. Por fim, os dispositivos para irrigação, como mangueiras, aspersores e micro jatos, foram selecionados com base em critérios de alcance, pressão e eficiência, promovendo economia e cobertura adequada das áreas a serem irrigadas. Todos os materiais foram especificados com atenção à funcionalidade, compatibilidade entre peças, facilidade de manutenção e

desempenho contínuo em ambientes diversos.

2.6. NATUREZA DO OBJETO

2.6.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal Nº 2.745, de 03 de setembro de 2021.

2.6.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia e de seus aditamentos a publicação no Diário Oficial do Município (DOM) e a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação, conforme os artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada inicialmente no documento de formalização da demanda e em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4.2. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 3.737 de 05 de setembro de 2025; Decreto Municipal nº 3.216 de 26 de julho de 2023 Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, a ser disponibilizado na forma previsto no art. 54, § 3º da Lei 14.133/21 com base no Acórdão TCU nº. 2273/2024.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, a ser disponibilizado na forma previsto no art. 54, § 3º da Lei 14.133/21 com base no Acórdão TCU nº. 2273/2024.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da primeira ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Condições de Entrega

7.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil, na Agência Municipal do Meio Ambiente, situada na Av. Dr. José Euclides Ferreira Gomes, 435, Sobral/Ceará, CEP 62043-070, no (s) horário(s) e dia(s) da semana de 08:00h às 12:00h e de 13:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira.

7.2.2. A quantidade ou prazo da entrega excepcionalmente poderão sofrer alterações por parte do CONTRATANTE, devendo o CONTRATADO ser informado de forma antecipada de



no mínimo 05 (cinco) dias úteis antes do prazo previsto para entrega.

7.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o CONTRATADO deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.3.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7.2.4. A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente de transporte e descarregamento do objeto, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causadas a ele.

7.3. Da Garantia, manutenção e assistência técnica

7.3.1. O prazo de garantia do bem objeto da contratação é aquele estabelecido pelo fabricante nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

8.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



8.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis.

8.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade máxima àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.10. Cabe ao gestor do contrato, em tempo hábil, verificar o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Objeto

9.1.1. Os produtos/serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, aqueles em que assim couber, no prazo de 05 (cinco) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de



cobrança oriunda do contratado com a comprovação do fornecimento e/ou prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição/entrega de produtos/serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, seus anexos, e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os produtos serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos/serviços fornecidos/prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto/serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, e após recebimento definitivo correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada será solicitada da empresa contratada.

9.2.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.3.2.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, mantida em instituição financeira oficialmente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devendo os dados bancários serem informados pelo contratado para fins de processamento do pagamento.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação



aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

10.1. O processo de contratação será por Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, critério de julgamento Menor Preço, modo de disputa Aberto e Fechado, com fundamento no Decreto Municipal nº 3.737, de 05/09/2025 e Lei 14.133/2021, conforme estabelecido no estudo técnico preliminar.

10.2. Serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da proponente de executar o objeto, conforme a seguir:

10.2.1. Habilitação Jurídica:

10.2.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.2.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.2.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

10.2.1.8. **Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

10.2.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:



- 10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 10.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- 10.2.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.2.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.2.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.2.2.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.2.2.9. Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- 10.2.2.10. Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme o caso;
- 10.2.2.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 10.2.2.11.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.
- 10.2.2.11.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.
- 10.2.2.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

10.2.3 - Qualificação Econômico-financeira:

- 10.2.3.1. No caso de **pessoa física**, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;
- 10.2.3.2. **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971.
- 10.2.3.3. Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.



PREFEITURA DE SOBRAL

10.2.3.4. **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (item 10 da NBC TG 26 - R5) em vigor.

10.2.3.5. No caso de **uma pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos**, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis exigíveis no subitem 10.2.3.4 deste Termo de Referência limitar-se-ão ao último exercício conforme dispõe o art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3.6. Tratando-se de **peçoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped)**, admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal, sem prejuízo do cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade (item 10 da NBC TG 26 - R5) em vigor.

10.2.3.7. No caso das **demais sociedades empresárias e empresa Individual**, o Balanco Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício deverão ser devidamente registrados na Junta Comercial, devendo serem assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

10.2.3.8. No caso de **MEI (Microempreendedor Individual)**, o Balanco Patrimonial e da Demonstração de Resultado de Exercício deverão ser apenas assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal do MEI.

10.2.3.9. Para fins da exigência das demonstrações contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (item 10 da NBC TG 26 - R5) em vigor, deverá ser observado o regime de tributação e o enquadramento de cada empresa.

10.2.5. Qualificação Técnico-operacional

10.2.5.1. Comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidões fornecidas(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

10.2.5.2. Para fins da comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante o(s) atestado(s) ou certidões deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) compatível(is) ao objeto licitado;

10.2.5.3. Fica facultado aos licitantes a apresentação de contrato ou instrumento hábil que comprove a prestação do serviço objeto do atestado de capacidade técnica mencionado no item anterior;

10.2.5.4. Caso o(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) não explicitem com clareza os serviços prestados, este(s) deverá(ão) ser acompanhado do respectivo contrato ou instrumento congênere que comprove o objeto da contratação.

10.2.5.5. Caso a apresentação do(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) não sejam suficientes para o convencimento do pregoeiro, promover-se-á diligência para a comprovação da capacidade técnica, como preconiza o art. 64 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 3.737/2025.

10.2.5.6. Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. 11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 81.100,67 (oitenta e um mil e cem reais e sessenta e sete centavos).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos desta secretaria/órgão, a ser informada quando da lavratura do instrumento de contrato.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. As obrigações do Contratante estão estabelecidas na Minuta do Contrato.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

14.1. As obrigações do Contratado estão estabelecidas na Minuta do Contrato.



**PREFEITURA DE
SOBRAL**

15. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR



ANEXO I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

1. Informações básicas

Número do processo: **P449351/2026**

1.1. Problema a ser resolvido

A presente demanda decorre da necessidade de aquisição de materiais hidráulicos destinados à manutenção corretiva e preventiva das instalações hidráulicas existentes em praças, parques e demais unidades sob a responsabilidade desta Agência.

Diagnóstico da situação atual:

Verifica-se que as estruturas hidráulicas dos equipamentos públicos apresentam desgaste natural decorrente do uso contínuo, exposição a intempéries e ausência de reposição tempestiva de insumos essenciais. Tal cenário tem ocasionado ocorrências recorrentes de vazamentos, obstruções, falhas no abastecimento e ineficiência no funcionamento de sistemas hidráulicos, comprometendo a adequada utilização desses espaços.

Causas estruturais do problema:

Dentre as principais causas identificadas, destacam-se: (i) insuficiência ou inexistência de estoque regular de materiais hidráulicos; (ii) ausência de planejamento contínuo de reposição de insumos; (iii) desgaste progressivo das instalações; e (iv) aumento da demanda por manutenção em virtude da ampliação e uso intensivo dos equipamentos públicos.

Impactos administrativos, operacionais, financeiros e sociais:

A indisponibilidade de materiais adequados impacta diretamente a capacidade operacional da Administração, dificultando a execução de manutenções em tempo oportuno. No aspecto administrativo, gera retrabalho e sobrecarga das equipes técnicas. Sob a ótica financeira, pode acarretar elevação de custos decorrentes de intervenções emergenciais e desperdício de recursos hídricos. No campo social, compromete a qualidade dos serviços públicos, prejudicando o uso seguro e adequado dos espaços pela população.

Riscos da não contratação:

A não realização da contratação poderá resultar na intensificação dos danos às instalações, aumento de falhas nos sistemas hidráulicos, paralisação parcial ou total de equipamentos públicos, além de potenciais riscos à saúde e segurança dos usuários, especialmente em ambientes que demandam condições mínimas de higiene e funcionamento.

Fundamentação no interesse público:

A contratação mostra-se alinhada ao interesse público, uma vez que visa assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados à coletividade, bem como a preservação do patrimônio público e o uso racional dos recursos naturais.

Dessa forma, resta evidenciado que o problema é real, atual e mensurável, considerando a recorrência das demandas de manutenção, os registros operacionais existentes e os impactos já verificados na prestação dos serviços, justificando plenamente a necessidade da contratação pretendida.

2. Descrição da necessidade

A Agência Municipal de Meio Ambiente (AMA), dentre outras atribuições, é responsável pela gestão, conservação e manutenção das praças, parques, áreas verdes e demais espaços públicos urbanos. A necessidade da aquisição de materiais hidráulicos permitirá atender às equipes de manutenção na execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva das instalações hidráulicas, tendo como objetivo garantir o pleno funcionamento dessas estruturas. A contratação tem por finalidade assegurar a adequada conservação dos equipamentos públicos urbanos e a continuidade dos serviços prestados à população,



proporcionando maior eficiência operacional, prevenção de danos, uso racional dos recursos hídricos e melhoria na qualidade dos espaços públicos.

A ausência da aquisição poderá ocasionar os seguintes prejuízos: no curto prazo, atrasos na execução de reparos, interrupção de serviços essenciais como irrigação e drenagem, além do agravamento de falhas existentes; e, no longo prazo, deterioração das estruturas hidráulicas, aumento dos custos com manutenções emergenciais, desperdício de água, prejuízos ambientais e comprometimento da funcionalidade e da qualidade dos espaços públicos destinados ao lazer e convivência da população.

O material solicitado será destinado a atender as unidades administradas pela Agência Municipal de Meio Ambiente (AMA), especialmente praças, parques e áreas verdes urbanas, que desenvolvem atividades de manutenção, conservação e preservação ambiental. O material é necessário devido à demanda contínua por reparos nas instalações hidráulicas, decorrente do desgaste natural, uso frequente e exposição a fatores externos, sendo indispensável para garantir o funcionamento de sistemas de irrigação, fontes, drenagem e demais estruturas correlatas. A não aquisição implicará na impossibilidade de realização tempestiva das manutenções, podendo gerar desperdício de água, agravamento de danos estruturais, riscos à segurança dos usuários e prejuízos à qualidade dos serviços oferecidos à população.

Contextualização do cenário atual:

Atualmente, as unidades administradas pela AMA apresentam crescente demanda por serviços de manutenção hidráulica, em razão do desgaste natural das instalações, da exposição contínua a agentes climáticos e do uso intensivo pela população. Observa-se que a ausência de um estoque regular e suficiente de materiais hidráulicos tem dificultado a realização de intervenções tempestivas, ocasionando a recorrência de falhas nos sistemas de abastecimento e escoamento de água.

Diagnóstico do problema (quantitativo e qualitativo):

Com base em registros operacionais internos, verifica-se aumento significativo das solicitações de manutenção hidráulica, especialmente relacionadas a vazamentos, rompimentos de tubulações, entupimentos e falhas em conexões e dispositivos. Qualitativamente, identifica-se que grande parte dessas ocorrências decorre da indisponibilidade imediata de insumos adequados, o que prolonga o tempo de resposta e agrava os danos existentes.

Causas do problema:

Dentre as causas estruturais, destacam-se:

- (i) ausência de planejamento contínuo para reposição de materiais hidráulicos;
- (ii) inexistência de estoque mínimo regulador;
- (iii) deterioração progressiva das instalações; e
- (iv) ampliação do número de equipamentos públicos sob gestão da AMA.

Consequências da não contratação:

A não realização da contratação poderá acarretar:

- Agravamento de danos estruturais nas instalações hidráulicas;
- Desperdício de recursos hídricos, impactando a economicidade;
- Aumento de custos com manutenções emergenciais;
- Comprometimento da continuidade e qualidade dos serviços públicos;
- Restrição do uso adequado dos espaços pela população;

- Potenciais riscos à saúde pública, especialmente em áreas com sanitários e pontos de abastecimento de água.

Fundamentação no interesse público:

A contratação está fundamentada no princípio da supremacia do interesse público, tendo em vista que visa assegurar a continuidade, eficiência e economicidade dos serviços públicos, além de preservar o patrimônio público e garantir condições adequadas de uso dos equipamentos urbanos pela coletividade.

Dessa forma, evidencia-se que a necessidade é real, atual e mensurável, justificando plenamente a contratação pretendida.

2.1. Classificação: Bens de consumo

2.2. Previsão no plano de contratações anual

O objeto da demanda do presente estudo técnico preliminar consta no Plano de Contratações Anual do exercício de 2026, registrado através do DFD nº 25.07.23.56B-56, disponível para consulta no Portal de Compras da Prefeitura de Sobral no link de acesso: <https://licitacoes.sobral.ce.gov.br/pca/cat:pca-2026>. O PCA 2026 da Agência Municipal do Meio Ambiente está publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, com o código ID nº 07598634000137-0-000010/2026, link de acesso: <https://pncp.gov.br/app/pca/07598634000137/2026>, nos termos do Decreto Municipal nº 3.640, de 03/02/2025.

3. Área requisitante

SETOR REQUISITANTE	RESPONSÁVEL PELO SETOR
Diretoria de Praças, Parques, Áreas Verdes e Unidade de Conservação	Nome: Franklin Ferreira Viana Matrícula: 38755 E-mail: franklin@sobral.ce.gov.br Ramal: (88) 98151-3459

4. Descrição dos requisitos da contratação

4.1. O processo de aquisição do objeto do presente estudo técnico preliminar deverá ser de acordo com a Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 3.215, 3.218, e 3.219, de 26/07/2023 e Decreto Municipal nº 3.737 de 05 de setembro de 2025, bem como as demais normas vigentes aplicáveis às contratações públicas.

4.2. Natureza: Bens comuns de natureza continuada.

4.2.1. Justificativa para o Fornecimento Contínuo:

A contratação para aquisição de materiais hidráulicos justifica-se pela necessidade de assegurar o fornecimento contínuo de insumos indispensáveis à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas instalações hidráulicas das praças, parques e demais unidades sob a responsabilidade da Agência Municipal de Meio Ambiente (AMA).

Trata-se de demanda de natureza contínua e recorrente, uma vez que os sistemas hidráulicos dessas áreas estão sujeitos ao desgaste natural, a avarias decorrentes do uso constante, à ação do tempo e a eventuais atos de vandalismo, o que exige intervenções frequentes para garantir seu pleno funcionamento. A indisponibilidade desses materiais pode comprometer a agilidade na realização dos reparos, ocasionando prejuízos à conservação dos espaços públicos, à segurança dos usuários e à qualidade dos serviços prestados à população.

Além disso, a manutenção adequada das instalações hidráulicas contribui diretamente para a preservação do patrimônio público, para o uso racional dos recursos hídricos — evitando desperdícios decorrentes de vazamentos — e para a continuidade das atividades desenvolvidas nesses espaços.



Dessa forma, o fornecimento contínuo dos materiais hidráulicos mostra-se imprescindível para assegurar a eficiência, a economicidade e a regularidade das ações de manutenção, garantindo que os equipamentos públicos urbanos permaneçam em condições adequadas de uso e atendimento às necessidades da coletividade.

4.3. Para fornecimento/prestação dos produtos pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto deste estudo técnico preliminar, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. O licitante mais bem classificado terá o prazo **de 2 (Duas) horas** após a negociação realizada para enviar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado, nos termos do Art. 52 do Decreto Municipal nº 3737/2025.

4.5. O licitante vencedor deverá enviar no prazo **de 2 (Duas) horas** contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

4.5.1. Justificativa da adoção do prazo de 2 (duas) horas para envio da proposta adequada e documentos de habilitação:

O prazo de duas horas para o envio de proposta adequada e dos documentos de habilitação pelos licitantes, encontra amparo normativo, fundamento técnico e respaldo em prática administrativa consolidada no âmbito da Administração Pública municipal. De início, cumpre esclarecer que a Lei nº 14.133/2021 não estabelece prazo mínimo ou máximo. Assim, cabe à Administração, no exercício da discricionariedade técnica e administrativa, definir o prazo que melhor atenda à natureza e à celeridade do procedimento, respeitados os princípios da razoabilidade, eficiência e isonomia.

O prazo de duas horas foi fixado nos termos do art. 52 do Decreto Municipal nº 3.737/2025, o qual dispõe expressamente que: deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas e no máximo vinte e quatro horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado, se aplicando, por analogia, aos documentos de habilitação, prática administrativa que encontra respaldo na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), cujo art. 4º autoriza a utilização da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito para suprir lacunas normativas. O prazo fixado visa, portanto, garantir a continuidade da sessão pública eletrônica, evitando interrupções desnecessárias e assegurando a tempestividade do certame.

Destaca-se, ainda, que o modelo adotado contempla mecanismos de flexibilidade e garantias procedimentais que afastam qualquer risco de restrição à competitividade ou tomada de decisões desarrazoadas. Devendo ser expressamente previsto no instrumento convocatório que o prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado e justificado pelo licitante. Os editais das licitações da Prefeitura de Sobral já permitem a verificação automática da documentação de habilitação no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), o que desonera o participante do envio manual de parte dos documentos e simplifica a comprovação dos requisitos de habilitação. Ademais, em conformidade com o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento convocatório também deverá prever a realização de diligências para complementação ou atualização de informações, quando necessário, especialmente para fatos preexistentes à sessão pública ou para atualização de documentos com validade expirada após a apresentação das propostas.

4.6. Do fornecimento dos produtos:

O fornecimento dos produtos/itens contratados será por ordem de compra, com prazo de entrega de 20 (vinte) dias a partir do seu recebimento, em locais a serem definidos e informados previamente pela administração.



4.7. Execução: Prazo para recebimento dos produtos, bem como critérios de liquidação e pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

4.8. A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovada a sua vantajosidade e que os produtos tenham sido fornecidos com eficiência e qualidade.

4.9. Da Garantia de Execução Contratual:

4.9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

4.10. Procedimentos e rotinas de execução serão detalhados no Termo de Referência.

4.11. Do detalhamento dos produtos a serem fornecidos:

- **Conexões Soldáveis e Roscáveis**

Compreende adaptadores, plugs e caps para sistemas hidráulicos de água fria. Os itens incluem conexões de transição entre partes soldáveis e roscáveis, elementos de fechamento e terminação de redes, além de adaptadores internos utilizados em instalações prediais.

- **Tubos para Água Fria**

Engloba tubos rígidos para condução de água fria, utilizados em instalações prediais horizontais e verticais. Os tubos são fornecidos em unidades lineares e destinados à distribuição de água potável.

- **Luvax e Acessórios de Conexão**

Conjunto de luvas comuns, luvas de união, luvas de redução e buchas de redução, utilizados para união e transição entre segmentos de tubulação. Inclui conexões soldáveis e roscáveis para montagem de redes hidráulicas prediais.

- **Registros e Conexões de Derivação**

Inclui registros de esfera para controle de fluxo em ramais, com diferentes tipos de acionamento e conexões. Também compõe o lote conexões em "T" utilizadas para derivações em redes de abastecimento de água.

- **Joelhos e Válvulas de Sucção**

Conjunto de conexões curvas e válvulas de retenção utilizadas em redes de captação ou recalque. Os itens permitem mudanças de direção da tubulação e evitam o retorno do fluxo em sistemas hidráulicos.

- **Materiais Auxiliares**

Inclui materiais de uso geral em instalações hidráulicas como selantes, adesivos para solda química e fitas vedantes, indispensáveis para a correta vedação e fixação dos sistemas.

- **Componentes de Irrigação**

Abrange mangueiras e aspersores utilizados em sistemas de irrigação manual ou automatizada. Os itens atendem tanto a instalações subterrâneas quanto de superfície, promovendo cobertura eficiente de áreas verdes.

4.12. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

4.13. A proposta da(s) interessada(s) deverá(ão) ser redigidas em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela proponente ou seu representante legal.



4.14. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação da proponente, a serem especificados no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.15. Da subcontratação:

4.15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.15.1.1. Justificativa para vedação da subcontratação:

Não será permitida a subcontratação dos serviços objeto do presente estudo técnico preliminar, nos termos do caput do Art. 122, § 2º da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 90 do Decreto Municipal nº 3737/2025.

A vedação à subcontratação, no âmbito da presente contratação, que tem por objeto a aquisição de materiais hidráulicos, fundamenta-se na necessidade de assegurar a rastreabilidade, a padronização e a responsabilidade direta da contratada quanto à qualidade dos produtos fornecidos.

Sob o aspecto operacional, a contratação envolve o fornecimento parcelado de materiais diversos, com entregas programadas conforme a demanda da Administração. A intermediação por terceiros subcontratados pode comprometer a eficiência logística, dificultar o controle dos prazos de entrega e aumentar o risco de fornecimento em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

No que se refere ao controle de qualidade, a vedação busca garantir que a empresa contratada seja integralmente responsável pela procedência, conformidade e garantia dos materiais fornecidos, evitando a fragmentação da cadeia de fornecimento e possíveis divergências quanto à origem, especificações e padrões dos produtos.

Sob a ótica administrativa e de fiscalização, a inexistência de subcontratação simplifica a gestão contratual, permitindo à Administração exercer controle direto sobre a contratada, especialmente no que se refere ao cumprimento de prazos, substituição de materiais defeituosos e responsabilização por eventuais falhas no fornecimento.

No aspecto jurídico, a medida visa mitigar riscos relacionados à dificuldade de imputação de responsabilidades, sobretudo em situações de inadimplemento contratual, entrega de produtos em desacordo com o contratado ou descumprimento de garantias.

Riscos associados à subcontratação neste caso:

- Dificuldade de rastreabilidade da origem dos materiais;
- Possibilidade de fornecimento de produtos em desacordo com as especificações;
- Aumento do risco de atrasos nas entregas;
- Fragmentação da responsabilidade contratual;
- Maior complexidade na fiscalização e gestão do contrato.

Ressalta-se que a presente vedação não tem por objetivo restringir indevidamente a competitividade, mas sim assegurar a adequada execução contratual, sendo medida proporcional e justificada diante das características do objeto.

Dessa forma, a vedação à subcontratação mostra-se adequada e necessária para garantir a eficiência, a qualidade do fornecimento e a proteção do interesse público.

4.16. Da previsão de consórcio:

4.16.1. É vedada a participação de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

4.16.1.1. Justificativa para Não Participação de Consórcio

Quanto aos consórcios, este Município, através da Agência Municipal do Meio Ambiente, informa que a participação de empresas em consórcio em procedimentos



licitatórios constitui a regra, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, devendo eventual vedação ser expressamente motivada e devidamente justificada.

A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, ou seja, nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração

Sobre o tema, Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410) assevera:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

A decisão da Agência Municipal do Meio Ambiente, pela vedação à participação de consórcio é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação entre os riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

Diante do exposto e considerando que existem diversas empresas com capacidade para fornecer o objeto em apreço, a Agência Municipal do Meio Ambiente, decidiu por não permitir a participação de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição a competitividade, economicidade e moralidade.

4.17. Sustentabilidade Ambiental:

A aquisição dos materiais hidráulicos descritos neste processo considera aspectos de sustentabilidade ambiental, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), promovendo o consumo consciente e responsável no setor público.

1. Materiais em PVC (Policloreto de Vinila)

Os tubos, conexões e registros especificados são, em sua maioria, produzidos em PVC. Este material possui os seguintes aspectos sustentáveis:

- **Durabilidade e baixa manutenção:** O PVC tem vida útil longa, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, a geração de resíduos.
- **Reciclabilidade:** Apesar de nem sempre ser reciclado em larga escala no Brasil, o PVC é 100% reciclável. Há iniciativas em expansão para reuso e reciclagem do material, inclusive em obras públicas.
- **Eficiência na produção:** A produção de PVC consome menos energia em comparação a outros materiais plásticos e metálicos, resultando em menor emissão de gases de efeito estufa.
- **Leveza no transporte:** Por ser leve, reduz custos de transporte e consumo de combustível, impactando positivamente na pegada de carbono da cadeia logística.

Recomendação ambiental: Sempre que possível, dar preferência a fornecedores que participem de programas de logística reversa ou possuam processos de reciclagem pós-consumo.

2. Componentes metálicos ou com partes móveis (aspersores, registros, adaptadores)

Alguns itens como aspersores, válvulas e registros podem conter componentes metálicos ou partes móveis com outros materiais, que, embora duráveis:

- **Devem ser descartados de forma adequada**, evitando contaminação do solo e água.
- **Podem ser reaproveitados** por oficinas e indústrias que trabalham com sucata técnica, promovendo economia circular.

3. Materiais de Instalação (silicone, adesivo plástico, fita veda rosca)

Estes insumos são consumíveis e, geralmente, não recicláveis. Entretanto:

- O **uso racional**, evitando desperdícios, reduz impactos ambientais.
- A **compra em embalagens maiores (ex: frascos de 850g)** pode reduzir o volume de resíduos de embalagem gerados.
- A **destinação correta das sobras e embalagens** deve ser observada, priorizando a coleta seletiva e o descarte em local apropriado.

4. Mangueiras e sistemas de irrigação

As mangueiras e aspersores são utilizados em sistemas de irrigação eficiente, o que contribui diretamente para a sustentabilidade hídrica:

- **Redução do consumo de água:** Sistemas com jato lateral ou aspersão localizada otimizam o uso da água, evitando desperdício.
- **Maior eficiência energética:** A irrigação automatizada e subterrânea demanda menor intervenção e consumo de recursos.

5. Conformidade e critérios sustentáveis

Os materiais devem, preferencialmente, atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

- Produção em conformidade com as normas da ABNT, INMETRO e ISO, quando aplicável.
- Fornecedores com práticas de gestão ambiental, como ISO 14001, certificações verdes ou participação em programas de responsabilidade socioambiental.
- Prioridade a fornecedores locais ou regionais, quando possível, para reduzir emissões com transporte.

Portanto, a escolha dos materiais hidráulicos descritos busca equilibrar **eficiência técnica, viabilidade econômica e responsabilidade ambiental**. Sua correta utilização, aliada à manutenção preventiva e descarte responsável, contribui para minimizar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade nas compras públicas.

4.18. Sustentabilidade Econômica:

A escolha dos materiais hidráulicos relacionados neste processo licitatório foi orientada por critérios de viabilidade técnica e eficiência econômica, considerando os custos ao longo de todo o ciclo de vida útil dos produtos, desde a aquisição até sua substituição ou descarte.

1. Baixo custo de aquisição e ampla oferta no mercado

Os materiais especificados, majoritariamente produzidos em PVC e componentes plásticos, apresentam preços acessíveis, amplamente praticados no mercado nacional. Isso favorece a obtenção de propostas competitivas, além de garantir facilidade de reposição e

compatibilidade com sistemas existentes.

2. Alta durabilidade e baixo custo de manutenção

Os produtos em PVC possuem elevada resistência a agentes químicos e à corrosão, sendo indicados para instalações hidráulicas de longa permanência. Essa durabilidade reduz a frequência de substituições e intervenções corretivas, gerando economia em mão de obra e materiais no médio e longo prazo.

3. Facilidade de transporte, armazenamento e instalação

Por serem leves e modulares, os tubos, conexões e registros em PVC demandam menos esforço logístico e menor tempo de instalação. Isso resulta em economia com transporte, equipamentos e custos operacionais durante obras e manutenções.

4. Otimização da mão de obra

Os materiais exigem ferramentas simples e pouca complexidade técnica para montagem, o que permite o uso de mão de obra comum e reduz o tempo de serviço. Isso se reflete em custos menores com contratação e execução de atividades hidráulicas.

5. Compatibilidade com padrões técnicos

A padronização dos componentes (bitolas, conexões e roscas) evita a necessidade de adaptações, retrabalhos ou substituições completas de sistemas preexistentes, promovendo economia de recursos públicos e continuidade operacional com mínimo impacto.

6. Economia no uso de recursos hídricos

Os sistemas de irrigação, como aspersores e mangueiras de jato lateral, foram selecionados por sua eficiência no direcionamento e controle do fluxo de água. Isso contribui diretamente para a redução de consumo hídrico, o que representa economia financeira nas contas públicas, especialmente em áreas de manutenção de jardins e paisagismo.

Portanto, a seleção dos materiais hidráulicos levou em consideração sua performance, durabilidade e eficiência de custo ao longo do tempo. Trata-se de uma solução tecnicamente adequada e financeiramente vantajosa, que contribui para o uso racional dos recursos públicos e para a redução de gastos com manutenção, reposição e consumo de insumos.

5. Levantamento de mercado

5.1. O objetivo deste levantamento é identificar e analisar as alternativas disponíveis para auxiliar Agência Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Sobral no fornecimento e/ou execução dos serviços objeto deste ETP, além de justificar a escolha da solução mais adequada.

5.2. Em análise ao mercado, foram realizadas consultas no Portal Nacional de Contratações Públicas, Portal de Licitações dos Municípios no site do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE, contratações anteriores do mesmo órgão, Portais de Transparências de outros órgãos e em outros sítios na internet, em anexo, e identificamos 02 (duas) alternativas que podem suprir a necessidade, vejamos:

Solução 1

Solução 1 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none">• Maior agilidade na execução de manutenções, especialmente em situações emergenciais, em razão da disponibilidade imediata dos insumos;• Elevado grau de controle sobre a especificação, qualidade e padronização dos materiais;• Flexibilidade operacional, permitindo adequação	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de gestão de estoque, mitigada por planejamento e controle adequado;• Dependência de equipe operacional mínima, já existente na estrutura administrativa.



continua às demandas reais;

- Possibilidade de formação de estoque mínimo estratégico, evitando descontinuidade dos serviços;
- Redução de custos indiretos, por não incorporar despesas típicas de contratos de serviços (mobilização, encargos administrativos e margem de lucro);
- Melhor aderência a demandas contínuas e de baixa complexidade técnica.

Solução 2

Solução 2 – SERVIÇOS MANUTENÇÃO HIDRÁULICA	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none">• Transferência da execução e responsabilidade técnica à contratada;• Dispensa de gestão direta de estoque pela Administração.	<ul style="list-style-type: none">• Menor agilidade no atendimento de demandas emergenciais, em razão da dependência de acionamento da contratada;• Menor controle sobre a especificação e qualidade dos materiais utilizados;• Maior complexidade na fiscalização contratual;• Possibilidade de elevação do custo global da contratação, em razão da inclusão de custos indiretos e margem de lucro da contratada;• Risco de necessidade de aditivos contratuais em situações não previstas;• Dependência integral de terceiros para execução de serviços essenciais.

5.3 Análise Comparativa de Soluções:

Nº	SOLUÇÃO	CUSTO INICIAL	PRAZO DE IMPLANTAÇÃO	QUALIDADE	SUSTENTABILIDADE E LONGO PRAZO	FLEXIBILIDADE
S-01	Aquisição de material hidráulico.	MÉDIO	CURTO	ALTA	MÉDIO	ALTA
S-02	Serviços manutenção hidráulica.	ALTO	MÉDIO	VARIÁVEL	MÉDIO	MÉDIA

5.4. Análise Econômica (Custo Global da Contratação)

A avaliação econômica foi realizada considerando não apenas o custo inicial, mas o **custo global ao longo do ciclo de vida da contratação**.

Solução 1 – Aquisição de materiais:

- Custos diretos relacionados exclusivamente à aquisição dos insumos;
- Ausência de custos indiretos típicos de serviços;
- Maior previsibilidade e controle orçamentário;
- Possibilidade de aquisição conforme demanda, evitando desperdícios.

Solução 2 – Serviços de manutenção:

- Incorporação de custos indiretos (mão de obra, encargos, mobilização, administração e

lucro);

- Menor previsibilidade de custos totais;
- Possibilidade de acréscimos contratuais (aditivos);
- Custo global potencialmente superior ao longo do tempo.

5.5. Análise de Eficiência e Interesse Público

Considerando a natureza das demandas, caracterizadas como **contínuas, recorrentes e, em muitos casos, emergenciais**, verifica-se que a disponibilidade imediata de materiais é fator crítico para a eficiência da atuação administrativa.

A dependência exclusiva de terceiros, como na Solução 2, pode comprometer o tempo de resposta, impactando negativamente a continuidade dos serviços públicos e a adequada conservação dos bens públicos.

A Solução 1, por sua vez, proporciona maior capacidade de resposta, melhor controle e maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

5.6. Justificativa da Escolha da Solução

Diante da análise técnica, operacional e econômica realizada, conclui-se que a **Solução 1 – Aquisição de Material Hidráulico** é a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

A escolha fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- Maior eficiência operacional, especialmente no atendimento de demandas emergenciais;
- Maior controle sobre a qualidade e especificação dos materiais;
- Redução do custo global da contratação, ao evitar a incidência de custos indiretos;
- Maior flexibilidade e aderência à demanda real;
- Melhor atendimento ao interesse público, ao garantir a continuidade, a economicidade e a eficiência dos serviços.

Destaca-se que a solução adotada observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e economicidade, não implicando restrição indevida à competitividade, mas sim a escolha da alternativa mais adequada às necessidades da Administração.

5.7. Alternativas para a regularização da contratação

5.7.1. Pregão Eletrônico: Conforme o inciso XLI, Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, “o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”. O pregão está previsto no rol de modalidades, no inciso I, Art. 28 da Lei nº 14.133/2021, e o critério de julgamento pelo menor preço está previsto no inciso I, Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

5.7.2. Adesão a Ata de Registro de Preços (Carona): Avaliação da possibilidade de adesão a Ata de Registro de Preços vigente, observando-se a compatibilidade do objeto, as condições da ata e os limites de adesão previstos no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal. Essa opção pode agilizar a contratação quando existir ata vantajosa e adequada às especificações necessárias.

5.7.3. Justificativa da Escolha da regularização da contratação

A modalidade Pregão Eletrônico mostra-se a alternativa mais adequada para a contratação em análise, considerando que o objeto — aquisição de materiais hidráulicos destinados à manutenção corretiva e preventiva das instalações existentes nas praças, parques e demais unidades sob responsabilidade da Agência Municipal de Meio Ambiente (AMA) — enquadra-se na categoria de bens comuns, conforme definição do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº



14.133/2021.

A utilização da modalidade “carona” exige a existência de ata vigente plenamente compatível com o objeto pretendido, com especificações equivalentes, condições comerciais favoráveis e disponibilidade de quantitativos dentro dos limites de adesão previstos no art. 86 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, não foram identificadas atas vigentes que atendessem integralmente a esses requisitos, inviabilizando essa opção.

Outras alternativas também foram analisadas, como a realização de contratação direta, entretanto, esta não se mostra aplicável ao caso concreto, tendo em vista que o objeto não se enquadra nas hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, além de se tratar de demanda recorrente e com potencial de ampla competitividade no mercado fornecedor.

Diante disso, a adoção do Pregão Eletrônico assegura maior observância aos princípios da isonomia, competitividade, transparência e economicidade, possibilitando:

- Participação de fornecedores de qualquer localidade;
- Maior disputa de preços, contribuindo para a redução de custos para a Administração;
- Processo mais célere e menos oneroso;
- Redução de barreiras físicas, assegurando igualdade de condições entre os participantes.

O critério de julgamento a ser utilizado será o de Menor Preço, por se tratar de bens comuns, cujas especificações são padronizadas e amplamente disponíveis no mercado.

Por fim, destaca-se que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no inciso IV do art. 78 e nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 3.216/2023. Tal sistema é especialmente adequado em razão da natureza contínua e variável da demanda por materiais hidráulicos, permitindo aquisições conforme a necessidade, evitando estoques excessivos e garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Considerando que a presente contratação se dará por meio de Ata de Registro de Preços (ARP), faz-se necessário avaliar a conveniência de incluir, desde a fase de planejamento, a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata por igual período, acompanhada da renovação dos quantitativos originalmente registrados, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Tal previsão encontra respaldo em entendimentos consolidados:

- Parecer nº 00453/2024/CGU/AGU, que reconhece a legalidade da renovação dos quantitativos registrados desde que (I) comprovada a vantajosidade; (II) haja previsão expressa no edital e na ata; (III) a hipótese esteja contemplada no planejamento; e (IV) a prorrogação ocorra dentro do prazo de vigência;
- Enunciado nº 42/2023 do Conselho da Justiça Federal (CJF), que admite a renovação das quantidades registradas na hipótese de prorrogação, ressaltando a necessidade de tratar o tema já na fase de planejamento da contratação;
- Prejulgado nº 2526/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), que detalha os requisitos para a adoção da medida, destacando a importância da vinculação ao edital, da pesquisa de preços atualizada e da comprovação da demanda proporcional.

Dessa forma, prevê-se no presente ETP a possibilidade de prorrogação da vigência da ARP, por uma única vez, por igual período, com a consequente renovação dos quantitativos originalmente registrados, condicionada à:

1. inclusão no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício correspondente;
2. realização de nova pesquisa de preços, demonstrando que os valores permanecem vantajosos para a Administração;
3. elaboração de análise técnica fundamentada, com base no consumo efetivo do período anterior e na projeção da demanda para o novo período;



4. manifestação de concordância expressa do fornecedor detentor da Ata;
5. formalização da prorrogação por termo aditivo celebrado dentro do prazo de vigência da Ata.

Essa previsão visa garantir maior eficiência, economicidade e continuidade do fornecimento, reduzindo custos transacionais da Administração e assegurando que a solução adotada se mantenha vantajosa, em consonância com os princípios do planejamento, da economicidade, da transparência e da vinculação ao edital.

5.8. Justificativa para não Divulgação da IRP

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

A obrigatoriedade de divulgação da IRP está disposta no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, como também no inciso I do art. 7º da Decreto Municipal nº 3.216/2023, contudo, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, sendo dispensável, conforme § 1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e, desde que seja de interesse restrito dos órgãos, justificável, de acordo com parágrafo único art. 7º da Decreto Municipal nº 3.216/2023.

Art. 7º (...)

Parágrafo único. A publicidade da intenção de registro de preços aos demais órgãos e entidades, prevista no inciso I do caput deste artigo, poderá ser dispensada pelo órgão gerenciador, mediante justificativa, quando o objeto **for de interesse restrito a órgãos ou entidades específicas** da administração pública municipal.

No caso em tela, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude de o objeto desta licitação ser de interesse restrito deste órgão pois se trata de aquisição de material hidráulico.

Ressalta-se que o objeto em questão possui finalidade específica para este órgão, uma vez que se trata de componentes para instalações já existentes em nossas praças, parques e áreas verdes em nosso município.

Ademais, conforme art. 9º do Decreto Municipal nº 3.216/2023, nas aquisições setoriais, o órgão detentor do processo será o responsável pela condução do conjunto de procedimentos da fase interna do certame para registro de preços, enquanto à Central de Licitações da Prefeitura de Sobral (CELIC) será a responsável pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

Ressalta-se que nem o setor competente do órgão/secretaria de origem dispõe de recursos humanos suficiente para avaliar as propostas enviadas do demais órgãos/entes da Administração Pública para composição do processo, como também, a Central de Licitações do município de Sobral, não dispõe de recursos humanos suficiente para a posteriori, gerenciar o conjunto de procedimentos para registro de preços e a Ata de Registro de Preços dele decorrente.

Justifica-se, portanto, a não divulgação da IRP para outros órgãos/entes da Administração Pública.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

6.1 A estimativa das quantidades foi elaborada com base nas necessidades (contínuas) das Secretarias demandantes, garantindo conformidade com a legislação e eficiência na execução contratual e consecução do interesse público envolvido.

6.2 Justificativa para os quantitativos estimados



6.2.1. A estimativa de consumo dos itens desse processo é justificada com base nos seguintes critérios: Detalhamento técnico de utilização e acréscimo de atividade.

6.2.2. Justificativa do quantitativo:

A Agência Municipal do Meio Ambiente (AMA) gerência uma estrutura complexa que exige manutenção ininterrupta. O desgaste natural de ferramentas e a necessidade de reparos hidráulicos em 190 praças na sede, 40 nos distritos e em áreas de preservação exigem um estoque de contingência para evitar a degradação do patrimônio público.

6.2.2.1. Detalhamento Técnico por Grupos de Itens:

6.2.2.1.1. Lote 01: Conexões, Adaptadores e Luvas (Itens 1.1 a 1.35)

Estes itens são a base de qualquer reparo hidráulico. Somando todas as luvas e adaptadores, temos uma média de **2 a 3 conexões por praça**:

Em um cenário de manutenção corretiva (vandalismo ou desgaste), um único reparo em tubulação quebrada consome, no mínimo, 2 luvas ou adaptadores. O quantitativo atual permite apenas **um reparo por local**.

6.2.2.1.2. Lote 01: Tubos PVC para Água Fria (Itens 1.36 a 1.40)

O total de tubos (500 metros lineares somando todas as bitolas) para atender 230 locais resulta em uma média de **2,17 metros de tubo por praça**:

Considerando que as barras de PVC possuem 6 metros, a quantidade solicitada mal cobre a substituição de uma única barra avariada por praça.

6.2.2.1.3. Lote 01: Registros, TE e Joelhos (Itens 1.41 a 1.54)

Foram solicitados 120 registros e 230 joelhos/te. Isso representa **0,5 registro por praça** e exatamente **1 joelho/te por local**:

Registros são componentes críticos que falham por manuseio constante. A capacidade operacional aqui é de substituição apenas em caso de quebra total. Ter apenas 1 joelho por praça significa que a equipe de manutenção não possui margem de erro ou estoque para uma segunda intervenção no mesmo local.

6.2.2.1.4. Lote 01: Materiais Auxiliares (Itens 1.55 a 1.57)

19 frascos de adesivo (850g) e 58 fitas veda rosca:

O adesivo plástico atende à capacidade de colagem de aproximadamente 200 a 300 juntas cada. Distribuído pelos 230 locais, temos menos de **100g de cola por praça/ano**. Já a fita veda rosca (1 unidade para cada 4 praças) é um insumo de consumo imediato em qualquer troca de torneira ou registro, justificando o volume para reposição contínua da equipe de campo.

6.2.2.1.5. Lote 02: Componentes de Irrigação (Itens 2.1 a 2.6)

363 aspersores totais (itens 2.1, 2.2 e 2.5) e 2.500 metros de mangueira (itens 2.3 e 2.4):

Aspersores: Proporção de **1,5 aspersor por local**. Em praças com sistemas automatizados, um setor de irrigação possui de 5 a 10 aspersores. O quantitativo foca na reposição de peças furtadas ou danificadas por impacto, garantindo que a cobertura vegetal não morra por falta de rega.

Mangueiras: A disponibilidade de 10 metros de mangueira por praça (média) é essencial para a capacidade operacional de rega manual em canteiros isolados e suporte em áreas de preservação onde o caminhão-pipa não possui acesso direto.

Os quantitativos apresentados não visam apenas a manutenção corretiva (conserto do que quebrou), mas o suporte logístico para a expansão do Horto Municipal (que passará de 15.000 para 40.000 m²) e a implantação de novos projetos como instalação de novas fontes em praças e parques já existentes. A falta destes materiais compromete diretamente a meta de

arborização e a preservação das áreas verdes da sede e dos distritos de Sobral.

Os materiais listados são estritamente técnicos e adequados às normas vigentes (como NBR 5648 para hidráulica e NBR NM 60898 para elétrica), sendo essenciais para que esta Agência cumpra seu papel de preservação ambiental e manutenção do bem-estar social nos espaços públicos.

As demandas dos quantitativos necessárias do referente processo são:

LOTE 01 - MATERIAIS HIDRÁULICOS DIVERSOS.			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM/ ESPEIFICAÇÃO TECNICA MINIMA	UNID./ MEDIDA	QUANT.
1.1	ADAPTADOR PARA POLIETILENO 20 x 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE	50
1.2	ADAPTADOR PARA POLIETILENO 20 x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE	100
1.3	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA	UNIDADE	80
1.4	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 32 MM X 1", PARA AGUA FRIA	UNIDADE	80
1.5	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 40 MM X 1 1/4" COM BOLSA E ROSCA, PARA AGUA FRIA	UNIDADE	50
1.6	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 50 MM X 1 1/2" COM BOLSA E ROSCA, PARA AGUA FRIA	UNIDADE	50
1.7	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 60 MM X 2" COM BOLSA E ROSCA, PARA AGUA FRIA	UNIDADE	50
1.8	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 75 MM X 2 1/2" COM BOLSA E ROSCA, PARA AGUA FRIA	UNIDADE	40
1.9	CAP PVC SOLDÁVEL DIAM. 25MM (3/4"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM, PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50
1.10	CAP PVC SOLDÁVEL DIAM. 32MM (1"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM, PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50
1.11	CAP PVC SOLD. MARROM DIAM. 40MM (1 1/4"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50
1.12	CAP PVC SOLD. MARROM DIAM. 50MM (1 1/2"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50
1.13	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	50
1.14	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	50
1.15	PLUG PVC ROSCÁVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	60
1.16	PLUG PVC ROSCÁVEL 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	60
1.17	BUCHA REDUÇÃO PVC ROSCÁVEL DE 1 1/4 x 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	80
1.18	LUVA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 1 x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PVC, PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	70
1.19	LUVA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 3/4 x 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PVC, PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	50
1.20	LUVA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 32 x 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	117
1.21	LUVA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 40 x 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNIDADE	117
1.22	LUVA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 75 x 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNIDADE	58
1.23	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1 1/2"	UNIDADE	20
1.24	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1 1/4".	UNIDADE	20
1.25	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1".	UNIDADE	20
1.26	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 3/4".	UNIDADE	50
1.27	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 25MM.	UNIDADE	30
1.28	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 32MM.	UNIDADE	20



PREFEITURA DE SOBRAL

1.29	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 40MM.	UNIDADE	20
1.30	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 50MM.	UNIDADE	20
1.31	LUVA PVC SOLDÁVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	117
1.32	LUVA PVC SOLDÁVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	117
1.33	LUVA PVC SOLDÁVEL 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	58
1.34	LUVA PVC SOLDÁVEL 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	58
1.35	LUVA PVC SOLDÁVEL 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	58
1.36	TUBO PVC SOLDÁVEL 50MM (1 1/2"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	90
1.37	TUBO PVC SOLDÁVEL 32MM (1"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	120
1.38	TUBO PVC SOLDÁVEL 60MM (2"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	90
1.39	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM (3/4). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	180
1.40	TUBO PVC, SOLDÁVEL 40MM (1 1/4"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	90
1.41	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCÁVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	20
1.42	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	30
1.43	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	20
1.44	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 40 MM, COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	20
1.45	TE PVC SOLDÁVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE	100
1.46	TE PVC SOLDÁVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE	50
1.47	REGISTRO DE ESFERA COM CABEÇA QUADRADA 3/4.	UNIDADE	30
1.48	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	80
1.49	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	50
1.50	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	30
1.51	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	30
1.52	JOELHO 90° DE PVC SOLDÁVEL DE 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	20
1.53	VALVULA RETENÇÃO PÉ C/CRIVO - 25MM (1"). MARRON	UNIDADE	20
1.54	VALVULA RETENÇÃO PÉ C/CRIVO - 20MM (3/4). MARRON	UNIDADE	20



PREFEITURA DE SOBRAL

1.55	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 850G.	UNIDADE	19
1.56	FITA VEDA ROSCA 25M x 3/4".	UNIDADE	58
1.57	SILICONE ACÉTICO USO GERAL INCOLOR 280G.	UNIDADE	58

LOTE 02 - COMPONENTES DE IRRIGAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM/ ESPEIFICAÇÃO TECNICA MINIMA	UNID./ MEDIDA	QUANT.
7.1	ASPERSOR ENGATE RÁPIDO. FIXAÇÃO NO TERRENO ACOPLADO, TIPO: GIRATÓRIO, ABASTECIMENTO: MANGUEIRA, ARCO: 360°, ALCANCE MÍNIMO: 12 M, PRESSÃO MÍNIMA: 4 BAR, DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4", MATERIAL DE FABRICAÇÃO:CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	UNIDADE	123
7.2	ASPERSOR ROTOR SUBTERRANEO, ESTÁTICO, ABASTECIMENTO: REDE SUBTERRÂNEA, ARCO: 360° AJUSTÁVEL, ALCANCE MÍNIMO: 6M, PRESSÃO MÍNIMA: 1,7BAR, DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4", VAZÃO MÍNIMA: 0,10M3/H, TIPO DE ASPERSOR: SPRAY.	UNIDADE	170
7.3	MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO JATO LATERAL, ALCANCE: 2M, MICROJATO: 0,50M, POSIÇÃO DOS EMISSORES: LATERAL, ROLO 100M.	ROLO	10
7.4	MANGUEIRA EMBORRACHADA ¾. ROLO COM 50M. FLEXÍVEL E RESISTENTE, MATERIAL EM PVC, PAREDE 3MM, NAS CORES VERDE OU AZUL.	ROLO	30
7.5	ASPERSOR CANHÃO 1/2 RAIOS 8 A 12 METROS. ÂNGULO DE ROTAÇÃO REGULÁVEL: 0/360, RAIOS: 8 - 12 M, VAZÃO: 10 - 19.5 L/MIN, BATENTE AJUSTÁVEL.	UNIDADE	70
7.6	CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO EM POLIPROPILENO. ENTERRADA PISO PASSEIO ATÉ 10M, DIÂMETRO 7MM, TAMANHO DE CONEXÃO ¾ COM POSIÇÕES LATERAIS.	UNIDADE	10

6.2.3. Locais onde serão utilizados:

Atualmente a Diretoria de Praças, Parques, Áreas Verdes e Unidade de Conservação é responsável por mais de 230 equipamentos públicos, sendo parques, praças, alamedas, unidade de conservação e áreas verdes.

	NOME	BAIRRO/LOCALIDADE	TIPOLOGIA
1	PRAÇA ROSA GATTORNO (COLEGIO SANTANA)	CENTRO	PRAÇA
2	PARQUE MARGEM ESQUERDA	CENTRO	PARQUE URBANO
3	LARGO DAS DORES	CENTRO	PRAÇA
4	PARQUE DA ESTAÇÃO	CENTRO	PARQUE URBANO
5	PRAÇA MAURO HÉLIO DE MOURA	CENTRO	PRAÇA
6	PRAÇA DEPUTADO MANOEL RODRIGUES	CENTRO	PRAÇA
7	PRAÇA MARIA SANTA PEREIRA	ALTO DA EXPECTATIVA	PRAÇA
8	PRAÇA HÉLIO BARRETO ARRUDA COELHO	ALTO DA BRASÍLIA	PRAÇA
9	PRAÇA DO BANCO DE MUDAS	ALTO DA BRASÍLIA	PRAÇA
10	PARQUE DA CIDADE	CAMPO DOS VELHOS	PARQUE URBANO
11	PARQUE SANTO ANTONIO	CAMPO DOS VELHOS	PRAÇA
12	PRAÇA JOÃO DIAS	CAMPO DOS VELHOS	PRAÇA
13	PRAÇA 7 DE SETEMBRO	CAMPO DOS VELHOS	PRAÇA
14	PRAÇA DA TRAVESSA 11	CAMPO DOS VELHOS	PRAÇA
15	PRAÇA DO CENTRO DE CONVENÇÕES	CAMPO DOS VELHOS	PRAÇA
16	PRAÇA JOSÉ NILSON FERREIRA GOMES	JUNCO	PRAÇA
17	PRAÇA CRISPIM PEREIRA BRANDÃO	ALTO DO CRISTO	PRAÇA
18	PRAÇA MARINA DOURADO FÉLIX (DONA VÊNUS)	ALTO DO CRISTO	PRAÇA
19	PRAÇA MANOEL PACIFICO DOS SANTOS	DOM JOSÉ	PRAÇA
20	PRAÇA DR. ESTEVAM F. DA PONTE	CIDADE DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JR.	PRAÇA
21	PRAÇA MESTRE SEVERO	SINHÁ SABOIA	PRAÇA
22	PRAÇA DAS MISSÕES REDENTORAS	COHAB II	PRAÇA
23	PRAÇA SILVANA MARIA V. ALEXANDRINO	COHAB II	PRAÇA
24	PRAÇA CARLOS JERESSATI	SINHÁ SABOIA	PRAÇA
25	PARQUE MARGEM DIREITA	DOM EXPEDITO	PARQUE URBANO
26	PRAÇA MACEIÓ	ALTO DA BRASÍLIA	PRAÇA
27	PRAÇA PAULINO ROCHA	ALTO DA BRASÍLIA	PRAÇA
28	PRAÇA DOMICIO PEREIRA	ALTO DA BRASÍLIA	PRAÇA
29	PRAÇA VITORIA	EXPECTATIVA	PRAÇA
30	PRAÇA CESARIO APOLIANO	ALTO DA BRASÍLIA	PRAÇA
31	PRAÇA MARIANO SALES	CAMPO DOS VELHOS	PRAÇA
32	PRAÇA CAMPO DOS VELHOS	CAMPO DOS VELHOS	PRAÇA
33	PRAÇA ANTONIO MACIEL	CENTRO	PRAÇA
34	PRAÇA FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA	CENTRO	PRAÇA
35	PRAÇA JOAQUIM TRINDADE (PAÇO MUNICIPAL)	CENTRO	PRAÇA
36	PRAÇA SEBASTIÃO GUIMARÃES CAVALCANTE	CENTRO	PRAÇA
37	PRAÇA LUZIA HOMEM	CENTRO	PRAÇA
38	PRAÇA OSVALDO RANGEL	CENTRO	PRAÇA



PREFEITURA DE SOBRAL

39	PRAÇA PINTOR LEMOS	CENTRO	PRAÇA
40	PRAÇA ANTÔNIO GILSON MARQUES	ALTO DO CRISTO	PRAÇA
41	PRAÇA ANTONIO ALFREDO PARENTE	PADRE IBIAPINA	PRAÇA
42	PRAÇA BRASIL	VILA UNIÃO	PRAÇA
43	LARGO PE. IBIAPINA	DOMINGOS OLÍMPIO	PRAÇA
44	PRAÇA DO CIRÃO	DOMINGOS OLÍMPIO	PRAÇA
45	PRAÇA MANOEL MARINHO PEREIRA	CORAÇÃO DE JESUS	PRAÇA
46	PRAÇA DO RECANTO I	ALTO DA BRASÍLIA	PRAÇA
47	LARGO DOS BOMBEIROS	JOCELY DANTAS DE ANDRADE TORRES	PRAÇA
48	PRAÇA DR. JOSÉ EUCLIDES F. GOMES	PEDRINHAS	PRAÇA
49	PRAÇA MOCINHA RODRIGUES	CENTRO	PRAÇA
50	PRAÇA DE CUBA	CENTRO	PRAÇA
51	PRAÇA DEP. FRANCISCO MONTE (SÃO FRANCISCO)	CENTRO	PRAÇA
52	PRAÇA DUQUE DE CAXIAS	CENTRO	PRAÇA
53	PRAÇA QUIRINO RODRIGUES (PRAÇA DO ABRIGO)	CENTRO	PRAÇA
54	BOULEVARD DO ARCO	CENTRO	PRAÇA
55	PRAÇA DA SÉ	CENTRO	PRAÇA
56	PRAÇA FRANCISCO FIGUEIREDO DE P. PESSOA	CENTRO	PRAÇA
57	PRAÇA CEL. JOSÉ SABOIA (COLUNA DA HORA)	CENTRO	PRAÇA
58	PRAÇA SÃO PEDRO	DOM EXPEDITO	PRAÇA
59	PRAÇA MARIA TOMAZIA	CENTRO	PRAÇA
60	PRAÇA CLODOVEU ARRUDA (PRAÇA DO AMOR)	CENTRO	PRAÇA
61	PRAÇA MONSENHOR LINHARES	CENTRO	PRAÇA
62	BECO DO COTOVELO	CENTRO	ALAMEDA
63	PRAÇA SENADOR FILGUEIRAS	CENTRO	PRAÇA
64	PRAÇA MONSENHOR EUFRASIO	CENTRO	PRAÇA
65	PRAÇA JOCELY MARQUES	CENTRO	PRAÇA
66	PRAÇA GERARDO R. SARAIVA	PADRE PALHANO	PRAÇA
67	PRAÇA CÔNEGO JOÃO MENDES LIRA	PADRE PALHANO	PRAÇA
68	EJ01PP	PADRE PALHANO	ESPAÇO CRIATIVO
69	PRAÇA MARIA CARDOSO DO NASCIMENTO - DONA MAZOR	SUMARÉ	PRAÇA
70	PRAÇA MARCIO SOARES	JUNCO	PRAÇA
71	PRAÇA RENATO FROTA PARENTE	CIDADE PEDRO MENDES CARNEIRO	PRAÇA
72	PRAÇA DR. RENATO FROTA PARENTE	CIDADE PEDRO MENDES CARNEIRO	PRAÇA
73	PRAÇA DO RENATO PARENTE	RENATO PARENTE	PRAÇA
74	PRAÇA ELZA MARINHO DE VASCONCELO	RENATO PARENTE	PRAÇA
75	PRAÇA DE ESPORTES DO NOVA CAIÇARA	NOVA CAIÇARA	PRAÇA
76	JARDIM BOTÂNICO	VILA UNIÃO	JARDIM BOTÂNICO
77	MARIA VALDETE DO NASCIMENTO E SILVA	VILA UNIÃO	
78	EM01VU - ESPAÇO MOVIMENTO 01	VILA UNIÃO	ESPAÇO CRIATIVO
79	PRAÇA FRANCISCA LINDALVA DE LIMA CONSTÂNCIO	ALTO DA BRASÍLIA	PRAÇA
80	PRAÇA DEYSE PONTE LINHARES	DOM EXPEDITO	PRAÇA
81	PRAÇA DO POSTO DE SAÚDE DOM EXPEDITO	DOM EXPEDITO	PRAÇA
82	PRAÇA AUTRAN VASCONCELOS	DOM EXPEDITO	PRAÇA
83	PRAÇA JOSÉ FREIRES GOMES (MESTRE ZÉ MUNIZ)	SINHÁ SABOIA	PRAÇA
84	PRAÇA GOLÇALO SILVA NETO	CIDADE GERARDO CRISTINO DE MENEZES	PRAÇA
85	PRAÇA DA RUA LÍSYA PIMENTEL GOMES	CIDADE GERARDO CRISTINO DE MENEZES	PRAÇA
86	ÁREA VERDE	CIDADE GERARDO CRISTINO DE MENEZES	ÁREA VERDE
87	ÁREA VERDE	CIDADE GERARDO CRISTINO DE MENEZES	ÁREA VERDE
88	ÁREA VERDE	CIDADE GERARDO CRISTINO DE MENEZES	ÁREA VERDE
89	ÁREA VERDE	CIDADE GERARDO CRISTINO DE MENEZES	ÁREA VERDE
90	PRAÇA SIMÃO COSTA GOMES	SINHÁ SABOIA	PRAÇA
91	PRAÇA JOCELY DANTAS	COHAB II	PRAÇA
92	PRAÇA RUTH CRISTINO	CIDADE GERARDO CRISTINO DE MENEZES	PRAÇA
93	ÁREA VERDE	CIDADE GERARDO CRISTINO DE MENEZES	ÁREA VERDE
94	PRAÇA FRANCISCO LOURENÇO DE MELO	COHAB I	PRAÇA
95	PRAÇA DOS COMERCIÁRIOS	DOM EXPEDITO	PRAÇA
96	ÁREA VERDE - LOTEAMENTO TERRA NOVA	DOM EXPEDITO	ÁREA VERDE
97	ÁREA VERDE	DOM EXPEDITO	ÁREA VERDE
98	ÁREA VERDE	DOM EXPEDITO	ÁREA VERDE
99	ÁREA VERDE	DOM JOSÉ	ÁREA VERDE
100	PRACINHA DO BAIRRO PADRE IBIAPINA	PADRE IBIAPINA	PRAÇA
101	PARQUE LAGOA DA FAZENDA	CORAÇÃO DE JESUS	PARQUE URBANO
102	PRAÇA MARIA DO SOCORRO PONTES PARENTE	ANTÔNIO CARLOS BELCHIOR	PRAÇA
103	ÁREA VERDE DO MORADA DA BOA VIZINHANÇA I	ANTÔNIO CARLOS BELCHIOR	ÁREA VERDE
104	ÁREA VERDE DO MORADA DA BOA VIZINHANÇA I - ROTATÓRIA	ANTÔNIO CARLOS BELCHIOR	ÁREA VERDE



PREFEITURA DE SOBRAL

105	PRACINHA DO LOTEAMENTO MORADA DA BOA VIZINHANÇA I	ANTÔNIO CARLOS BELCHIOR	PRAÇA
106	ÁREA VERDE DO MORADA DA BOA VIZINHANÇA II	ANTÔNIO CARLOS BELCHIOR	ÁREA VERDE
107	ÁREA VERDE DA BR - 222 - ROTATÓRIA	CIDADE GERARDO CRISTINO DE MENEZES	ÁREA VERDE
108	EI01PP - ESPAÇO INFÂNCIA	PADRE PALHANO	ESPAÇO CRIATIVO
109	ÁREA VERDE DA BR - 222	DOM JOSÉ	ÁREA VERDE
110	PARQUE MUCAMBINHO	CENTRO	PARQUE URBANO
111	ÁREA VERDE - AVENIDA MONSENHOR ALOÍSIO PINTO - ROTATÓRIA	CIDADE GERARDO CRISTINO DE MENEZES	ÁREA VERDE
112	PRAÇA JOSE ALENCAR ANDRADE	PEDRINHAS	PRAÇA
113	PARQUE DA INTEGRAÇÃO	DOM JOSÉ	PARQUE URBANO
114	PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO	EXPECTATIVA	PRAÇA
115	PRAÇA MAIS INFÂNCIA	NOVA CAIÇARA	PRAÇA
116	PRAÇA MANOEL RIBEIRO PARENTE MANILIN	SUMARÉ	PRAÇA
117	PARQUE PAJEÚ	CORAÇÃO DE JESUS	PARQUE URBANO
118	PRAÇA DA CRIANÇA	CIDADE DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES	PRAÇA
119	PARQUE ALTO DO CRISTO	ALTO DO CRISTO	PARQUE URBANO
120	PRAÇA MARIA DO SOCORRO FRANÇA	COHAB II	PRAÇA
121	PARQUE AURÉLIO PONTE	PEDRINHAS	PARQUE URBANO
122	PRAÇA MAIRTON ARRUDA LINHARES (CARECA)	DOM JOSÉ	PRAÇA
123	PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO	PADRE PALHANO	PRAÇA
124	JAIRÓ LINHARES PONTE	DOM JOSÉ	PRAÇA
125	PRAÇA OCÁCIO ALCÂNTARA	PADRE PALHANO	PRAÇA
126	PARQUE EVANGELINA SABOIA	SINHÁ SABOIA	PARQUE URBANO
127	CALÇADÃO DA AVENIDA DR. GUARANY	JOCELY DANTAS DE ANDRADE TORRES	PRAÇA
128	PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO	EXPECTATIVA	PRAÇA
129	PRAÇA SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS	CENTRO	PRAÇA
130	RECREIO	RECREIO	PRAÇA
131	OURO BRANCO	OURO BRANCO	PRAÇA
132	CARACARA	CARACARA	PRAÇA
133	PRAÇA MARLI LIBERATO VASCONCELOS	PATOS	PRAÇA
134	ARACATIAÇU	ARACATIAÇU	PRAÇA
135	ARACATIAÇU	ARACATIAÇU	PRAÇA
136	BILHEIRA	BILHEIRA	PRAÇA
137	PRAÇA ANTONINO GOMES DE MESQUITA	VASSOURAS	PRAÇA
138	TAPERUABA	TAPERUABA	PRAÇA
139	TAPERUABA	TAPERUABA	PRAÇA
140	TAPERUABA	TAPERUABA	PRAÇA
141	TAPERUABA	TAPERUABA	PRAÇA
142	CAIOCA	CAIOCA	PRAÇA
143	CAIOCA	CAIOCA	PRAÇA
144	JORDÃO	JORDÃO	PRAÇA
145	BARACHO	BARACHO	PRAÇA
146	IPUEIRINHAS	IPUEIRINHAS	PRAÇA
147	APRAZIVEL	APRAZIVEL	PRAÇA
148	SAO JOSE DO TORTO	SAO JOSE DO TORTO	PRAÇA
149	MARACAJÁ	MARACAJÁ	PRAÇA
150	ARACATIAÇU	ARACATIAÇU	PRAÇA
151	ARACATIAÇU	ARACATIAÇU	PRAÇA
152	ARACATIAÇU	ARACATIAÇU	PRAÇA
153	ARACATIAÇU	ARACATIAÇU	PRAÇA
154	ARACATIAÇU	ARACATIAÇU	PRAÇA
155	JAIBARAS	JAIBARAS	PRAÇA
156	JAIBARAS	JAIBARAS	PRAÇA
157	PRAÇA PEDRINHAS	PEDRINHAS	PRAÇA
158	PRAÇA RECREIO	RECREIO	PRAÇA
159	PRAÇA SÃO DOMINGOS	SÃO DOMINGOS	PRAÇA
160	JAIBARAS	JAIBARAS BARRAGEM	PRAÇA
161	JAIBARAS	JAIBARAS BARRAGEM	PRAÇA
162	JAIBARAS	JAIBARAS	PRAÇA
163	JAIBARAS	JAIBARAS	PRAÇA
164	IPUEIRINHAS	IPUEIRINHA	PRAÇA
165	APRAZIVEL	APRAZIVEL	PRAÇA
166	APRAZIVEL	APRAZIVEL	PRAÇA
167	PAU D'ARCO	PAU D'ARCO	PRAÇA
168	PEDRA DE FOGO	PEDRA DE FOGO	PRAÇA
169	PRAÇA JOAQUIM ONOFRE	PRAÇA JOAQUIM ONOFRE	PRAÇA
170	PEDRA DE FOGO	PEDRA DE FOGO	PRAÇA
171	TRAPIÁ	TRAPIÁ	PRAÇA
172	PRAÇA MANOEL RODRIGUES DE LIMA	SANTA LUZIA	PRAÇA
173	SANTA MARIA	SANTA MARIA	PRAÇA
174	SÃO FRANCISCO	SÃO FRANCISCO	PRAÇA
175	JORDÃO	JORDÃO	PRAÇA
176	CONTENDAS	CONTENDAS	PRAÇA
177	CONTENDAS	CONDENDAS	PRAÇA
178	BOQUEIRÃO	BOQUEIRÃO	PRAÇA
179	SETOR 3	SETOR 3	PRAÇA



PREFEITURA DE SOBRAL

180	PRAÇA JOSÉ VALFRIDO PRUDÊNCIO DE CASTRO	SERROTE DO PIABA (SETOR 6)	PRAÇA
181	BONFIM	BONFIM	PRAÇA
182	PRAÇA MARIA DORALICE DE SOUSA ALVES	VILA MALHADINHA	PRAÇA
183	VÁRZEA REDONDA	VÁRZEA REDONDA	PRAÇA
184	SALGADO DOS MACHADOS	SALGADO DOS MACHADOS	PRAÇA
185	ALEGRE	ALEGRE	PRAÇA
186	LAGOA QUEIMADA	LAGOA QUEIMADA	PRAÇA
187	PATRIARCA	PATRIARCA	PRAÇA
188	PATRIARCA	PATRIARCA	PRAÇA
189	FAZENDA MUTUCA	FAZENDA MUTUCA	PRAÇA
190	PRAÇA FRANCISCO MARQUES PEREIRA (CHICO PANTANCA)	SÃO FRANCISCO	PRAÇA
191	PRAÇA GERARDO LINHARES	LAJES	PRAÇA
192	LOCALIDADE DE SABONETE	SABONETE	PRAÇA
193	PRAÇA MANOEL PEDRO DE SOUSA	FLORES	PRAÇA
194	PRAÇA CESARINA RODRIGUES FERREIRA	LAGOA DA CRUZ	PRAÇA
195	PRAÇA RITA DE CÁSSIA VASCONCELOS GOMES	SANTA RITA	PRAÇA
196	EI01JE - ESPAÇO INFÂNCIA	CIDADE DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JR.	ESPAÇO CRIATIVO
197	EI01VU - ESPAÇO INFÂNCIA 01	VILA UNIÃO	ESPAÇO CRIATIVO
198	EI02VU - ESPAÇO INFÂNCIA 02	VILA UNIÃO	ESPAÇO CRIATIVO
199	EI03VU - ESPAÇO INFÂNCIA 03	VILA UNIÃO	ESPAÇO CRIATIVO
200	EJ01JE - ESPAÇO JARDIM	CIDADE DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JR.	ESPAÇO CRIATIVO
201	EJ02JE - ESPAÇO JARDIM	CIDADE DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JR.	ESPAÇO CRIATIVO
202	EJ02VU - ESPAÇO JARDIM 02	VILA UNIÃO	ESPAÇO CRIATIVO
203	EJ03JE - ESPAÇO JARDIM	CIDADE DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JR.	ESPAÇO CRIATIVO
204	EJ03SU - ESPAÇO JARDIM	SUMARÉ	ESPAÇO CRIATIVO
205	EJ04JE - ESPAÇO JARDIM	CIDADE DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JR.	ESPAÇO CRIATIVO
206	EJ04SU - ESPAÇO JARDIM	SUMARÉ	ESPAÇO CRIATIVO
207	EJ06JE - ESPAÇO JARDIM	CIDADE DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JR.	ESPAÇO CRIATIVO
208	EM01JE - ESPAÇO MOVIMENTO	CIDADE DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JR.	ESPAÇO CRIATIVO
209	EM02VU - ESPAÇO MOVIMENTO 02	VILA UNIÃO	ESPAÇO CRIATIVO
213	PARQUE DA LAGOA DO JOSÉ EUCLIDES	CIDADE DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JR.	PARQUE URBANO
214	PRAÇA VILA RECANTO II A	NOVO RECANTO	PRAÇA
215	PRAÇA DA VILA RECANTO II B	NOVO RECANTO	PRAÇA
216	PRAÇA SÃO JOÃO	CENTRO	PRAÇA
217	PRAÇA JOÃO PESSOA	CENTRO	PRAÇA
218	PRAÇA DA IGREJA CORAÇÃO DE JESUS	CORAÇÃO DE JESUS	PRAÇA
219	PRAÇA DA GRUTA DO TRIÂNGULO	CORAÇÃO DE JESUS	PRAÇA
220	ÁREA VERDE	CORAÇÃO DE JESUS	ÁREA VERDE
221	PRAÇA DA ESCOLA EMÍLIO SENDIM	DOMINGOS OLÍMPIO	PRAÇA
222	PRAÇA DA ESCOLA GERARDO RODRIGUES	CIDADE PEDRO MENDES CARNEIRO	PRAÇA
223	PRAÇA DA ESCOLA DINORAH RAMOS	SUMARÉ	PRAÇA
224	PRAÇA DOM JERÔNIMO	CENTRO	PRAÇA
225	PRAÇA FRANCISCO CHAGAS MELO	ALTO DO CRISTO	PRAÇA
226	ÁREA VERDE	ANTÔNIO CARLOS BELCHIOR	ÁREA VERDE
227	PRAÇA DA COHAB I	COHAB I	PRAÇA
228	PRAÇA DO CSF DO JUNCO	JUNCO	PRAÇA
229	PRAÇA	CIDADE DR. JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JR.	PRAÇA
230	ALAMEDA JOÃO AMEL	CENTRO	ALAMEDA
231	BECO DO FLAMBOYANT	CENTRO	ALAMEDA
232	CALÇADÃO CEL. ERNESTO DEOCLECIANO	CENTRO	ALAMEDA
233	PRAÇA TEREZINHA DE JESUS LIBERATO	PARQUE SILVANA	PRAÇA
234	TRAVESSA JOÃO CARLOS	CENTRO	ALAMEDA
235	EJ03VU - ESPAÇO JARDIM	VILA UNIÃO	ESPAÇO CRIATIVO
236	AL01VU - ALAMEDA	VILA UNIÃO	ALAMEDA
237	AL03VU - ALAMEDA	VILA UNIÃO	ALAMEDA
238	AL04VU - ALAMEDA	VILA UNIÃO	ALAMEDA
239	AL05VU - ALAMEDA	VILA UNIÃO	ALAMEDA
240	AL06VU - ALAMEDA	VILA UNIÃO	ALAMEDA
241	AL07VU - ALAMEDA	VILA UNIÃO	ALAMEDA
242	Praça DRA. MARIA DO CARMO CARVALHO ARRUDA COELHO	CIDADE PEDRO MENDES CARNEIRO	PRAÇA

7. Estimativa do valor da contratação

7.1. As unidades de medida de cada item da contratação, a quantidade estimada dos bens e o valor estimado na contratação baseou-se nos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei 14.133/2021, bem como no art. 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025, de forma que a



PREFEITURA DE SOBRAL

mesma também poderá ser utilizada para fins de elaboração do Termo de Referência. As memórias de cálculo e documentos que lhe deram suporte, constam em anexo a este ETP, bem como as devidas justificativas.

7.2. Referência de preços:

LOTE 01 - MATERIAL HIDRÁULICOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM/ ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MINIMA	UNID./ MEDIDA	QUANT.	PREÇO. UNIT	PREÇO TOTAL
1.1	ADAPTADOR PARA POLIETILENO 20 x 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE	50	R\$ 3,20	R\$ 160,00
1.2	ADAPTADOR PARA POLIETILENO 20 x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE	100	R\$ 3,31	R\$ 331,00
1.3	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA	UNIDADE	80	R\$ 1,22	R\$ 97,60
1.4	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 32 MM X 1", PARA AGUA FRIA	UNIDADE	80	R\$ 2,47	R\$ 197,60
1.5	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 40 MM X 1 1/4" COM BOLSA E ROSCA, PARA AGUA FRIA	UNIDADE	50	R\$ 5,09	R\$ 254,50
1.6	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 50 MM X 1 1/2" COM BOLSA E ROSCA, PARA AGUA FRIA	UNIDADE	50	R\$ 6,13	R\$ 306,50
1.7	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 60 MM X 2" COM BOLSA E ROSCA, PARA AGUA FRIA	UNIDADE	50	R\$ 15,34	R\$ 767,00
1.8	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO 75 MM X 2 1/2" COM BOLSA E ROSCA, PARA AGUA FRIA	UNIDADE	40	R\$ 26,70	R\$ 1.068,00
1.9	CAP PVC SOLDÁVEL DIAM. 25MM (3/4"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM, PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50	R\$ 1,69	R\$ 84,50
1.10	CAP PVC SOLDÁVEL DIAM. 32MM (1"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM, PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50	R\$ 2,78	R\$ 139,00
1.11	CAP PVC SOLD. MARROM DIAM. 40MM (1 1/4"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50	R\$ 5,34	R\$ 267,00
1.12	CAP PVC SOLD. MARROM DIAM. 50MM (1 1/2"). 146931 ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA.	UNIDADE	50	R\$ 9,66	R\$ 483,00
1.13	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	50	R\$ 5,92	R\$ 296,00
1.14	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	50	R\$ 6,33	R\$ 316,50
1.15	PLUG PVC ROSCÁVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	60	R\$ 4,67	R\$ 280,20
1.16	PLUG PVC ROSCÁVEL 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	60	R\$ 1,05	R\$ 63,00
1.17	BUCHA REDUÇÃO PVC ROSCÁVEL DE 1 1/4 x 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	80	R\$ 7,15	R\$ 572,00
1.18	LUA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 1 x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PVC, PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	70	R\$ 7,31	R\$ 511,70
1.19	LUA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 3/4 x 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PVC, PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	50	R\$ 5,19	R\$ 259,50
1.20	LUA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 32 x 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	117	R\$ 4,22	R\$ 493,74
1.21	LUA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 40 x 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNIDADE	117	R\$ 7,21	R\$ 843,57
1.22	LUA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 75 x 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNIDADE	58	R\$ 19,18	R\$ 1.112,44



PREFEITURA DE SOBRAL

1.23	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1 1/2"	UNIDADE	20	R\$ 44,39	R\$ 887,80
1.24	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1 1/4"	UNIDADE	20	R\$ 43,83	R\$ 876,60
1.25	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1"	UNIDADE	20	R\$ 25,71	R\$ 514,20
1.26	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 3/4"	UNIDADE	50	R\$ 11,53	R\$ 576,50
1.27	UNIÃO DE PVC SALDÁVEL DE 25MM.	UNIDADE	30	R\$ 10,87	R\$ 326,10
1.28	UNIÃO DE PVC SALDÁVEL DE 32MM.	UNIDADE	20	R\$ 18,32	R\$ 366,40
1.29	UNIÃO DE PVC SALDÁVEL DE 40MM.	UNIDADE	20	R\$ 35,23	R\$ 704,60
1.30	UNIÃO DE PVC SALDÁVEL DE 50MM.	UNIDADE	20	R\$ 37,62	R\$ 752,40
1.31	LUVA PVC SOLDÁVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	117	R\$ 1,12	R\$ 131,04
1.32	LUVA PVC SOLDÁVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	117	R\$ 2,71	R\$ 317,07
1.33	LUVA PVC SOLDÁVEL 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	58	R\$ 5,79	R\$ 335,82
1.34	LUVA PVC SOLDÁVEL 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	58	R\$ 5,94	R\$ 344,52
1.35	LUVA PVC SOLDÁVEL 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	58	R\$ 18,18	R\$ 1.054,44
1.36	TUBO PVC SOLDÁVEL 50MM (1 1/2"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	90	R\$ 17,78	R\$ 1.600,20
1.37	TUBO PVC SOLDÁVEL 32MM (1"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	120	R\$ 10,66	R\$ 1.279,20
1.38	TUBO PVC SOLDÁVEL 60MM (2"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	90	R\$ 30,01	R\$ 2.700,90
1.39	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM (3/4). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	180	R\$ 5,39	R\$ 970,20
1.40	TUBO PVC, SOLDÁVEL 40MM (1 1/4"). ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), MARROM.	METRO	90	R\$ 15,52	R\$ 1.396,80
1.41	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCÁVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	20	R\$ 38,46	R\$ 769,20
1.42	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	30	R\$ 23,91	R\$ 717,30
1.43	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	20	R\$ 37,95	R\$ 759,00
1.44	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 40 MM, COM CORPO DIVIDIDO.	UNIDADE	20	R\$ 50,77	R\$ 1.015,40
1.45	TE PVC SOLDÁVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE	100	R\$ 1,63	R\$ 163,00
1.46	TE PVC SOLDÁVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE	50	R\$ 5,13	R\$ 256,50
1.47	REGISTRO DE ESFERA COM CABEÇA QUADRADA 3/4.	UNIDADE	30	R\$ 24,65	R\$ 739,50
1.48	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	80	R\$ 1,00	R\$ 80,00
1.49	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	50	R\$ 3,32	R\$ 166,00
1.50	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	30	R\$ 8,11	R\$ 243,30
1.51	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	30	R\$ 6,86	R\$ 205,80
1.52	JOELHO 90° DE PVC SOLDÁVEL DE 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL.	UNIDADE	20	R\$ 39,75	R\$ 795,00
1.53	VALVULA RETENÇÃO PÉ C/CRIVO - 25MM (1"). MARRON	UNIDADE	20	R\$ 81,97	R\$ 1.639,40



PREFEITURA DE SOBRAL

1.54	VALVULA RETENÇÃO PÉ C/CRIVO - 20MM (3/4). MARRON	UNIDADE	20	R\$ 74,14	R\$ 1.482,80
1.55	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 850G.	UNIDADE	19	R\$ 75,68	R\$ 1.437,92
1.56	FITA VEDA ROSCA 25M x 3/4".	UNIDADE	58	R\$ 11,33	R\$ 657,14
1.57	SILICONE ACÉTICO USO GERAL INCOLOR 280G.	UNIDADE	58	R\$ 33,15	R\$ 1.922,70
TOTAL:					R\$ 37.089,10

LOTE 02 - COMPONENTES DE IRRIGAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM/ ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MINIMA	UNID./ MEDIDA	QUANT.	PREÇO. UNIT	PREÇO TOTAL
2.1	ASPERSOR PARA ENGATE RÁPIDO. FIXAÇÃO NO TERRENO ACOPLADO, TIPO: GIRATÓRIO, ABASTECIMENTO: MANGUEIRA, ARCO: 360°, ALCANCE MÍNIMO: 12 M, PRESSÃO MÍNIMA: 4 BAR, DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4", MATERIAL DE FABRICAÇÃO: CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	UNIDADE	123	R\$ 25,79	R\$ 3.172,17
2.2	ASPERSOR ROTOR SUBTERRANEO, ESTÁTICO, ABASTECIMENTO: REDE SUBTERRÂNEA, ARCO: 360° AJUSTÁVEL, ALCANCE MÍNIMO: 6M, PRESSÃO MÍNIMA: 1,7BAR, DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4", VAZÃO MÍNIMA: 0,10M3/H, TIPO DE ASPERSOR: SPRAY.	UNIDADE	170	R\$ 158,16	R\$ 26.887,20
2.3	MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO JATO LATERAL, ALCANCE: 2M, MICROJATO: 0,50M, POSIÇÃO DOS EMISSORES: LATERAL, ROLO 100M.	ROLO	10	R\$ 149,46	R\$ 1.494,60
2.4	MANGUEIRA EMBORRACHADA ¾. ROLO COM 50M. FLEXÍVEL E RESISTENTE, MATERIAL EM PVC, PAREDE 3MM, NAS CORES VERDE OU AZUL.	ROLO	30	R\$ 291,86	R\$ 8.755,80
2.5	ASPERSOR CANHÃO 1/2 RAIO 8 A 12 METROS. ÂNGULO DE ROTAÇÃO REGULÁVEL: 0/360, RAIO: 8 - 12 M, VAZÃO: 10 - 19.5 L/MIN, BATENTE AJUSTÁVEL.	UNIDADE	70	R\$ 41,19	R\$ 2.883,30
2.6	CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO FABRICADO EM POLIPROPILENO. ENTERRADA PISO PASSEIO ATÉ 10M, DIÂMETRO 7MM, TAMANHO DE CONEXÃO ¾ COM POSIÇÕES LATERAIS.	UNIDADE	10	R\$ 81,85	R\$ 818,50
TOTAL:					R\$ 44.011,57

7.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 81.100,67 (oitenta e um mil e cem reais e sessenta e sete centavos).

8. Descrição da solução como um todo considerando todo o ciclo de vida do objeto

8.1. A solução proposta para o fornecimento dos produtos envolve a aquisição de materiais hidráulicos por meio de Sistema de Registro de Preços, com fornecimento por demanda, conforme as necessidades da Administração, contemplando todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde o planejamento da contratação, especificação técnica dos materiais, seleção de fornecedores, aquisição, recebimento, armazenamento, distribuição e utilização nas atividades de manutenção preventiva e corretiva das instalações hidráulicas.

A solução abordará a garantia de fornecimento contínuo e eficiente dos materiais, o controle de qualidade dos produtos adquiridos, a otimização da gestão de estoques, a redução de desperdícios e a melhoria da capacidade de resposta da Administração às demandas operacionais, especialmente em situações emergenciais, assegurando a continuidade dos serviços públicos e a preservação do patrimônio público.

8.2. Portanto, de acordo com os problemas a serem resolvidos, necessidade descrita e levantamento de mercado constantes no presente Estudo Técnico Preliminar, a solução escolhida foi a aquisição de materiais hidráulicos por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), que, conforme as características e natureza do objeto, o processo para contratação deverá ser realizado por meio de Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, com forma de fornecimento POR DEMANDA.



Forma de Contratação:

Modalidade da Lei n.º Lei 14.133/2021 com SRP: Pregão Eletrônico

Objeto:

Fornecimento

- ☐ Fornecimento não continuado
☒ Fornecimento continuado

Tipo de Material

- ☒ Material de consumo
☐ Material permanente

Tipo de Licitação: Menor Preço

Forma de fornecimento:

- ☒ Por demanda
☐ Parcelada
☐ Integral

Tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte

- ☐ § 2º do art. 44 da Lei nº 123/2006 (empate ficto)
☒ inciso I do art. 48 da Lei nº 123/2006 (itens/grupos exclusivos)
☐ inciso II do art. 48 da Lei nº 123/2006 (subcontratação)
☐ inciso III do art. 48 da Lei nº 123/2006 (cota reservada)
☒ § 3º do art. 48 da Lei nº 123/2006 (benefício local e regional)
☐ Não se aplica (art. 4º, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021) é vedada a aplicação de tratamento diferenciado em razão de o valor estimado ultrapassar o limite de receita bruta máxima de empresa de pequeno porte.

9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

9.1. Justificativa para o não parcelamento em itens: O não parcelamento do objeto em itens, nos termos da alínea "b", inciso V e §3º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública. A licitação, para a aquisição de que trata o objeto deste ETP, será dívida POR LOTE, e justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários fornecedores poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Some-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo do fornecimento do produto, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos fornecedores. Quanto a divisão e julgamento por LOTE: Justifica-se a divisão e julgamento por LOTE, devido os itens ora licitados terem uma homogeneidade entre si, cujo mesmos possuem a mesma natureza e características, fato esse que não fere os princípios básicos das licitações e contratos quais sejam, o princípio da competitividade e igualdade, podendo os itens dispostos nesse termo de referência serem ofertados por qualquer fornecedor do ramo dos produtos hidráulico.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos

10.1. A contratação dos materiais hidráulicas, tem como objetivo proporcionar melhoria da eficiência operacional das atividades de manutenção das instalações hidráulicas das praças, parques e unidades sob responsabilidade da AMA, bem como a elevação da qualidade dos serviços públicos prestados à população. Os resultados esperados abrangem manutenção do pleno funcionamento dos sistemas hidráulicos, otimização do uso dos recursos públicos e melhoria da gestão dos serviços de manutenção.

10.2. A seguir, detalham-se os resultados pretendidos com a contratação:

- Manutenção do pleno funcionamento dos sistemas hidráulicos: incluindo redes de irrigação, pontos de abastecimento de água, registros, válvulas e demais componentes, assegurando o uso adequado dos espaços públicos e a preservação do patrimônio público. A disponibilidade contínua dos materiais necessários contribuirá para a redução de intervenções emergências, que normalmente acarretam maiores custos e impactos negativos à rotina dos usuários;
- Otimização do uso dos recursos públicos: por meio da aquisição de materiais padronizados, com preços compatíveis com os praticados no mercado e vida útil adequada. A previsibilidade do fornecimento e o controle dos estoques possibilitam melhor planejamento das ações de manutenção, reduzindo desperdícios, retrabalhos e custos adicionais decorrentes de aquisições pontuais ou emergências;
- Melhoria da gestão dos serviços de manutenção: o fortalecimento do planejamento institucional e o aumento da satisfação dos usuários dos espaços públicos, que passam a contar com ambientes mais seguros, funcionais e adequadamente conservados. A contratação também contribui para a racionalização do uso da água, ao minimizar vazamentos e falhas nos sistemas hidráulicos, alinhando-se a práticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

11. Providências a serem adotadas previamente a celebração do contrato

11.1. Para garantir que contratação seja realizada de forma eficiente, segura e dentro da legalidade, a Administração Pública deve adotar uma série de providências antes da celebração do contrato.

11.2. A seguir, estão as principais etapas e ações a serem realizadas:

- Elaboração do Termo de Referência: Incluir uma descrição detalhada dos itens a serem contratados, com as especificações técnicas que se fizerem necessárias;
- Verificação da disponibilidade orçamentária e financeira para a contratação;
- Encaminhamento dos autos do processo para análise jurídica e controle prévio de legalidade pela coordenação jurídica competente para emissão de parecer;
- Publicação do edital de licitação;
- Processamento e julgamento da licitação;
- Encaminhamento para homologação e posterior contratação, em caso de êxito;
- Designar o gestor e/ou fiscal de contrato.

12. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Para esta solução **não há** contratações correlatas nem interdependentes que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

13.1. A CONTRATAÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO pode gerar os seguintes impactos ambientais: São de baixa magnitude, principalmente relacionados ao consumo de recursos naturais, à geração de resíduos sólidos e ao descarte de materiais substituídos durante as atividades de manutenção das instalações hidráulicas das praças, parques e jardins. Embora tais impactos sejam considerados pontuais e controláveis, sua adequada avaliação e mitigação são essenciais para o atendimento às diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.

13.2. Ações mitigadoras e/ou preventivas:

Administração deverá estabelecer, nas especificações da contratação, a preferência por materiais hidráulicos com maior durabilidade, resistência e eficiência no uso da água, contribuindo para a redução da frequência de substituições e para o uso racional dos recursos hídricos. Sempre que aplicável, deverão ser priorizados produtos fabricados com materiais recicláveis ou que possibilitem reciclagem ao final de sua vida útil.



PREFEITURA DE SOBRAL

Adicionalmente, deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a adoção de práticas de descarte ambientalmente adequado dos materiais inutilizados, bem como o correto gerenciamento das embalagens utilizadas no fornecimento.

Durante a execução contratual, o cumprimento dos critérios ambientais poderá ser acompanhado pela fiscalização do contrato, mediante verificação da conformidade dos materiais fornecidos e da observância das orientações de descarte e uso racional de recursos. Essas medidas visam minimizar os impactos ambientais associados à contratação, promovendo a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e a consonância da atuação administrativa com as políticas públicas ambientais vigentes.

14. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

14.1. A CONTRATAÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO, é uma medida estratégica e imprescindível para a Agência Municipal do Meio Ambiente. Esta iniciativa garantirá manutenção corretiva e preventiva das instalações existentes nas praças, parques e unidades sob responsabilidade da AMA, resultando em servidores melhor equipados, prestando um serviço de qualidade. A adequação dessa contratação é, portanto, indiscutível e alinhada com os objetivos de assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

14.2. Com base nos elementos obtidos neste estudo técnico preliminar, declaramos que é VIÁVEL a presente contratação, sendo, portanto, a mais adequada para o atendimento da necessidade em questão.

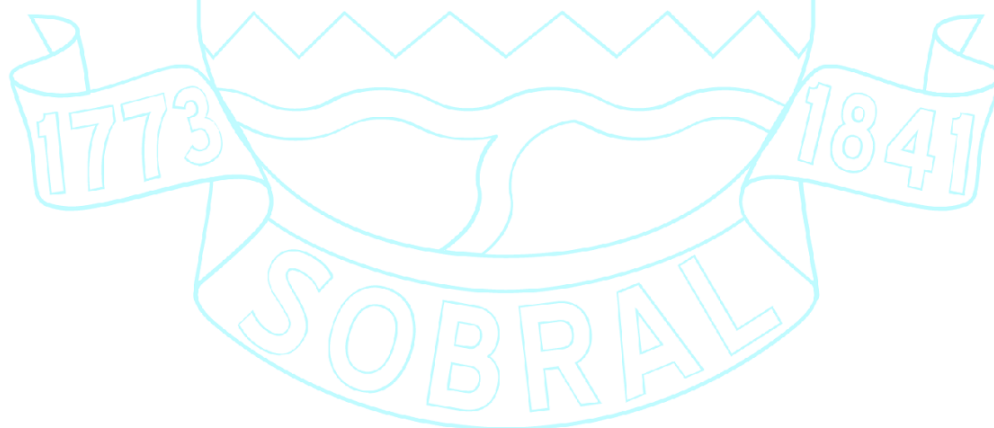
15. ANEXOS DO ETP:

ANEXO 1 - PLANILHA DESCRITIVA ORÇAMENTARIA

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE TAXA DE B.D.I.

ANEXO 3 – MAPA DE RISCO

ANEXO 4 – JUSTIFICATIVA DE PREÇO





PREFEITURA DE SOBRAL

ANEXO 1 - PLANILHA DESCRITIVA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - AMA - AUTARQUIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE							TABELA DE REFERÊNCIA	
OBJETO:	AQUISIÇÕES DE MATERIAL HIDRÁULICO						SEINFRA 028.1 DESONERADA	SINAPI 03/2026 DESONERADA
LOCAL:	MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE						BDI MATERIAL:	DESCONTO:
DATA:	05/05/2026						24,52%	0,00%
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE	VALOR UNIT. SEM BDI (R\$)	VALOR UNIT. COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL R\$
LOTE 1 - CONEXÕES SOLDÁVEIS E ROSCÁVEIS								
1.1	I2898	ADAPTADOR PARA POLIETILENO 20 x 1/2"	SEINFRA	UN	50,00	R\$ 2,57	R\$ 3,20	R\$ 160,00
1.2	I2899	ADAPTADOR PARA POLIETILENO 20 x 3/4"	SEINFRA	UN	100,00	R\$ 2,66	R\$ 3,31	R\$ 331,00
1.3	000065	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA	SINAPI	UN	80,00	R\$ 0,98	R\$ 1,22	R\$ 97,60
1.4	000108	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 32 MM X 1", PARA AGUA FRIA	SINAPI	UN	80,00	R\$ 1,98	R\$ 2,47	R\$ 197,60
1.5	000109	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40 MM X 1 1/4", PARA AGUA FRIA	SINAPI	UN	50,00	R\$ 4,09	R\$ 5,09	R\$ 254,50
1.6	000112	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50 MM X 1 1/2", PARA AGUA FRIA	SINAPI	UN	50,00	R\$ 4,92	R\$ 6,13	R\$ 306,50
1.7	000113	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 60 MM X 2", PARA AGUA FRIA	SINAPI	UN	50,00	R\$ 12,32	R\$ 15,34	R\$ 767,00
1.8	000104	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 75 MM X 2 1/2", PARA AGUA FRIA	SINAPI	UN	40,00	R\$ 21,44	R\$ 26,70	R\$ 1.068,00
1.9	I0475	CAP PVC SOLD. MARROM DIAM. 25MM (3/4")	SEINFRA	UN	50,00	R\$ 1,36	R\$ 1,69	R\$ 84,50
1.10	I0481	CAP PVC SOLD. MARROM DIAM. 32MM (1")	SEINFRA	UN	50,00	R\$ 2,23	R\$ 2,78	R\$ 139,00
1.11	I0476	CAP PVC SOLD. MARROM DIAM. 40MM (1 1/4")	SEINFRA	UN	50,00	R\$ 4,29	R\$ 5,34	R\$ 267,00
1.12	I0477	CAP PVC SOLD. MARROM DIAM. 50MM (1 1/2")	SEINFRA	UN	50,00	R\$ 7,76	R\$ 9,66	R\$ 483,00
1.13		PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	PCNP E INTERNET	UN	50,00	R\$ 5,92		R\$ 296,00
1.14		PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	PCNP E INTERNET	UN	50,00	R\$ 6,33		R\$ 316,50
1.15		PLUG PVC ROSCÁVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	PCNP E INTERNET	UN	60,00	R\$ 4,67		R\$ 280,20
1.16	I2401	PLUG PVC COM ROSCA DE 3/4"	SEINFRA	UN	60,00	R\$ 0,84	R\$ 1,05	R\$ 63,00
1.17	I0307	BUCHA REDUÇÃO PVC ROSCAVEL DE 1 1/4"X1"	SEINFRA	UN	80,00	R\$ 5,74	R\$ 7,15	R\$ 572,00
1.18	I1455	LUVA REDUÇÃO PVC ROSCAVEL DE 1X3/4"	SEINFRA	UN	70,00	R\$ 5,87	R\$ 7,31	R\$ 511,70
1.19	I1456	LUVA REDUÇÃO PVC ROSCAVEL DE 3/4X1/2"	SEINFRA	UN	50,00	R\$ 4,17	R\$ 5,19	R\$ 259,50
1.20	I1426	LUVA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 32X25MM	SEINFRA	UN	117,00	R\$ 3,39	R\$ 4,22	R\$ 493,74
1.21	I1427	LUVA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 40X32MM	SEINFRA	UN	117,00	R\$ 5,79	R\$ 7,21	R\$ 843,57
1.22	I1428	LUVA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 75X60MM	SEINFRA	UN	58,00	R\$ 15,40	R\$ 19,18	R\$ 1.112,44
1.23	I2237	UNIÃO PVC ROSCÁVEL DE 1 1/2"	SEINFRA	UN	20,00	R\$ 35,65	R\$ 44,39	R\$ 887,80
1.24	I2238	UNIÃO PVC ROSCÁVEL DE 1 1/4"	SEINFRA	UN	20,00	R\$ 35,20	R\$ 43,83	R\$ 876,60
1.25	I2239	UNIÃO PVC ROSCÁVEL DE 1"	SEINFRA	UN	20,00	R\$ 20,65	R\$ 25,71	R\$ 514,20
1.26	I2243	UNIÃO PVC ROSCÁVEL DE 3/4"	SEINFRA	UN	50,00	R\$ 9,26	R\$ 11,53	R\$ 576,50
1.27	I2230	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 25MM	SEINFRA	UN	30,00	R\$ 8,73	R\$ 10,87	R\$ 326,10
1.28	I2231	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 32MM	SEINFRA	UN	20,00	R\$ 14,71	R\$ 18,32	R\$ 366,40
1.29	I2232	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 40MM	SEINFRA	UN	20,00	R\$ 28,29	R\$ 35,23	R\$ 704,60
1.30	I2233	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 50MM	SEINFRA	UN	20,00	R\$ 30,21	R\$ 37,62	R\$ 752,40



PREFEITURA DE SOBRAL

1.31	I1411	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM	SEINFRA	UN	117,00	R\$ 0,90	R\$ 1,12	R\$ 131,04
1.32	I1412	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM	SEINFRA	UN	117,00	R\$ 2,18	R\$ 2,71	R\$ 317,07
1.33	I1413	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM	SEINFRA	UN	58,00	R\$ 4,65	R\$ 5,79	R\$ 335,82
1.34	I1414	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM	SEINFRA	UN	58,00	R\$ 4,77	R\$ 5,94	R\$ 344,52
1.35	I1415	LUVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM	SEINFRA	UN	58,00	R\$ 14,60	R\$ 18,18	R\$ 1.054,44
1.36	I2203	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 50MM (1 1/2')	SEINFRA	M	90,00	R\$ 14,28	R\$ 17,78	R\$ 1.600,20
1.37	I2201	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 32MM (1')	SEINFRA	M	120,00	R\$ 8,56	R\$ 10,66	R\$ 1.279,20
1.38	I2204	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 60MM (2')	SEINFRA	M	90,00	R\$ 24,10	R\$ 30,01	R\$ 2.700,90
1.39	I2200	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 25MM (3/4')	SEINFRA	M	180,00	R\$ 4,33	R\$ 5,39	R\$ 970,20
1.40	I2202	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 40MM (1 1/4')	SEINFRA	M	90,00	R\$ 12,46	R\$ 15,52	R\$ 1.396,80
1.41	020055	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO	SINAPI	UN	20,00	R\$ 30,89	R\$ 38,46	R\$ 769,20
1.42	011674	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	SINAPI	UN	30,00	R\$ 19,20	R\$ 23,91	R\$ 717,30
1.43	011675	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	SINAPI	UN	20,00	R\$ 30,48	R\$ 37,95	R\$ 759,00
1.44	011676	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 40 MM, COM CORPO DIVIDIDO	SINAPI	UN	20,00	R\$ 40,77	R\$ 50,77	R\$ 1.015,40
1.45	I1972	TE PVC SOLDÁVEL 25MM	SEINFRA	UN	100,00	R\$ 1,31	R\$ 1,63	R\$ 163,00
1.46	I1973	TE PVC SOLDÁVEL 32MM	SEINFRA	UN	50,00	R\$ 4,12	R\$ 5,13	R\$ 256,50
1.47	I6184	REGISTRO DE ESFERA COM CABECA QUADRADA 3/4"	SEINFRA	UN	30,00	R\$ 19,80	R\$ 24,65	R\$ 739,50
1.48	003529	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	SINAPI	UN	80,00	R\$ 0,80	R\$ 1,00	R\$ 80,00
1.49	003536	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	SINAPI	UN	50,00	R\$ 2,67	R\$ 3,32	R\$ 166,00
1.50	003535	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 40 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	SINAPI	UN	30,00	R\$ 6,51	R\$ 8,11	R\$ 243,30
1.51	003540	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 50 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	SINAPI	UN	30,00	R\$ 5,51	R\$ 6,86	R\$ 205,80
1.52	003539	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 60 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	SINAPI	UN	20,00	R\$ 31,92	R\$ 39,75	R\$ 795,00
1.53	I2284	VÁLVULA RETENÇÃO. PE C/CRIVO - 25MM (1')	SEINFRA	UN	20,00	R\$ 65,83	R\$ 81,97	R\$ 1.639,40
1.54	I2286	VÁLVULA RETENÇÃO. PÉ C/CRIVO - 20MM (3/4')	SEINFRA	UN	20,00	R\$ 59,54	R\$ 74,14	R\$ 1.482,80
1.55	000122	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	SINAPI	UN	19,00	R\$ 60,78	R\$ 75,68	R\$ 1.437,92
1.56	I2344	FITA VEDA ROSCA 25M x 3/4"	SEINFRA	UN	58,00	R\$ 9,10	R\$ 11,33	R\$ 657,14
1.57	039961	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	SINAPI	UN	58,00	R\$ 26,62	R\$ 33,15	R\$ 1.922,70

LOTE 2 - COMPONENTES DE IRRIGAÇÃO

R\$ 44.011,57

2.1		ASPERSOR PARA ENGATE RÁPIDO. FIXAÇÃO NO TERRENO ACOPLADO, TIPO: GIRATÓRIO, ABASTECIMENTO: MANGUEIRA, ARCO: 360°, ALCANCE MÍNIMO: 12 M, PRESSÃO MÍNIMA: 4 BAR, DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4", MATERIAL DE FABRICAÇÃO:CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	PCNP E INTERNET	UN	123,00	R\$ 25,79		R\$ 3.172,17
2.2		ASPERSOR ROTOR SUBTERRÂNEO, ESTÁTICO, ABASTECIMENTO: REDE SUBTERRÂNEA, ARCO: 360° AJUSTÁVEL, ALCANCE MÍNIMO: 6M, PRESSÃO MÍNIMA: 1,7BAR, DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4", VAZÃO MÍNIMA: 0,10M3/H, TIPO DE ASPERSOR: SPRAY.	PCNP E INTERNET	UN	170,00	R\$ 158,16		R\$ 26.887,20
2.3		MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO JATO LATERAL, ALCANCE: 2M, MICROJATO: 0,50M, POSIÇÃO DOS EMISSORES: LATERAL, ROLO	PCNP E INTERNET	ROLO	10,00	R\$ 149,46		R\$ 1.494,60



PREFEITURA DE SOBRAL

		100M.						
2.4		MANGUEIRA EMBORRACHADA ¾. ROLO COM 50M. FLEXÍVEL E RESISTENTE, MATERIAL EM PVC, PAREDE 3MM, NAS CORES VERDE OU AZUL.	PCNP E INTERNET	ROLO	30,00	R\$ 291,86		R\$ 8.755,80
2.5		ASPERSOR CANHÃO 1/2 RAIOS 8 A 12 METROS. ÂNGULO DE ROTAÇÃO REGULÁVEL: 0/360, RAIOS: 8 - 12 M, VAZÃO: 10 - 19.5 L/MIN, BATENTE AJUSTÁVEL.	PCNP E INTERNET	UN	70,00	R\$ 41,19		R\$ 2.883,30
2.6		CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO FABRICADO EM POLIPROPILENO. ENTERRADA PISO PASSEIO ATÉ 10M, DIÂMETRO 7MM, TAMANHO DE CONEXÃO ¾ COM POSIÇÕES LATERAIS.	PCNP E INTERNET	UN	10,00	R\$ 81,85		R\$ 818,50
VALOR TOTAL COM BDI:								R\$ 81.100,67





PREFEITURA DE SOBRAL

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE TAXA DE B.D.I.

ANEXO - DEMONSTRATIVO DE TAXA DE BDI - MATERIAIS

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO B.D.I	
OBJETO:	
I - PARCELAS INCIDENTES SOBRE O CUSTO INDIRETO	
1 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	3,00%
II - PARCELAS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO	
1 - IMPOSTOS (I)	
1.1 - Taxa do COFINS	3,00%
1.2 - Taxa do PIS	0,65%
1.3 - Taxa do CPRB	4,50%
1.4 - Taxa do ISS	2,00%
Total da taxa de IMPOSTOS (I) considerada no cálculo	10,15 %
2 - LUCRO (L)	6,16%
3 - GARANTIA (G) + SEGURO (S)	0,80%
4 - RISCO (R)	0,97%
5 - DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	0,59%
III - CÁLCULO DO B.D.I.	
FÓRMULA	$B D I = (((1 + (AC + S + R + G)) \times (1 + DF) \times (1 + L)) / (1 - I)) - 1) \times 100$
TAXA DO B.D.I	24,52%
OBS.: DE ACORDO COM O ACÓRDÃO TCU AC-2622-37/13	

BDI DIFERENCIADO	VALORES MÉDIO E DOS QUARTIS		
	1º Quartil	Médio	3º Quartil
	11,10%	14,02 %	16,80%

BDI DIFERENCIADO	VALORES MÉDIO E DOS QUARTIS		
PARCELA DO BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,50%	3,45%	4,49%
SEGURO+GARANTIA	0,30%	0,48%	0,82%
RISCO	0,56%	0,85%	0,89%
DESPESA FINANCEIRA	0,85%	0,85%	1,11%
LUCRO	3,50%	5,11%	6,22%



ANEXO 3 – MAPA DE RISCO

1. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO			
ETAPA:	1.1. FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA		
RISCO:	Especificação deficiente da demanda		
DANO:	Contratação e execução deficiente do objeto		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, tipo de área por ambiente, quantidade e prazo de início e com setor de Licitação do órgão.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Havendo erro, devolver para complementação das informações.	
RESPONSÁVEL	REQUERENTE		
ETAPA:	1.2 CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Pouco provável	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Adotar lista de verificação dos procedimentos a serem adotados para o planejamento de contratação		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento.	
RESPONSÁVEL	AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
ETAPA:	1.3. ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES		
RISCO:	Estudos preliminares deficientes		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos no art. 8º do Decreto Municipal nº 3.219, de 26 de julho de 2023.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares	
RESPONSÁVEL	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
2. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO			
ETAPA:	2.1. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
RISCO:	Falha na elaboração Termo de Referência		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar lista de verificação que identifique, no que couber, os requisitos previstos		
AÇÃO	DE	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os	



CONTINGÊNCIA:		requisitos previstos no art. 16 do Decreto Municipal nº 3.219, de 26 de julho de 2023.	
RESPONSÁVEL		EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO	
ETAPA:	2.2. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência da aprovação do Termo de Referência		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Pouco provável	IMPACTO: Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:		Adoção de lista de verificação com item de aprovação do Termo de Referência	
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Encaminhar ao requerente e à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.	
RESPONSÁVEL		REQUERENTE E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO	
3. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE LICITAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
ETAPA:	3.1. RECEPÇÃO DO PROCESSO PARA LICITAR		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de autorização superior para licitar		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Pouco provável	IMPACTO: Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:		Adoção de lista de verificação contemplando o item "autorização da autoridade superior para licitar".	
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Retornar o processo para submeter à aprovação da autoridade máxima.	
RESPONSÁVEL		AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO	
ETAPA:	3.2. ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO		
RISCO:	Restrição da competitividade, impugnação do edital		
DANO:	Retardamento, anulação ou revogação da licitação		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Verificar a existência de cláusulas restritivas ou passivas de nulidades inseridos no processo pelo setor requisitante do órgão. Adotar editais padrões elaborados pela Central de Licitações do Município. Verificação da conformidade do processo pela assessoria jurídica..	
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Retirar cláusulas restritivas ou passivas de nulidades pelo setor de licitações do órgão.	
RESPONSÁVEL		EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO	
ETAPA:	3.3. APROVAÇÃO DO EDITAL PELO SETOR JURÍDICO		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de aprovação do edital pelo setor jurídico		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Provável	IMPACTO: Médio
AÇÃO PREVENTIVA:		Adoção de lista de verificação contemplando o item "aprovação do edital pelo setor jurídico" para posterior assinatura da autoridade	



		máxima.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Enviar o processo, mesmo, extemporaneamente, para apreciação jurídica.		
RESPONSÁVEL		ASSESSORIA JURÍDICA DO ÓRGÃO E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
ETAPA	3.4. DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/EQUIPE DE APOIO			
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal			
DANO:	Ausência de designação formal do Agente de Contratação/Pregoeiro/Comissão de Contratação/Equipe de Apoio.			
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Pouco provável	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Identificar no processo, ato formal da autoridade competente designando a equipe de planejamento.			
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Providenciar o ato de designação do Agente de Contratação/Pregoeiro/Comissão de Contratação/Equipe de Apoio.		
RESPONSÁVEL		PREFEITO DO MUNICÍPIO		
ETAPA	3.5. PUBLICAÇÃO/DIVULGAÇÃO DO EDITAL.			
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal.			
DANO:	Ausência de publicação do edital e consequente anulação da Licitação.			
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação contemplando o item "publicação/divulgação do edital" pelo setor de publicações da Central de Licitações do Município.			
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.		
RESPONSÁVEL		AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/ SETOR DE PUBLICAÇÕES DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO.		
ETAPA:	3.6. PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO			
RISCO:	Julgamento desvinculado do instrumento convocatório.			
DANO:	Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da licitação.			
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito Provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Evitar julgamento monocrático, priorizar julgamento pelo colegiado, apoiados por equipe técnica e jurídica.			
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Responder os recursos apoiados por equipe técnica e jurídica.		
RESPONSÁVEL		AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/EQUIPE DE APOIO OU PARECERISTA DA ÁREA TÉCNICA DO ÓRGÃO JUNTAMENTE COM SETOR JURÍDICO DO ÓRGÃO OU CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO.		
ETAPA:	3.7. ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO			
RISCO:	Adjudicação/Homologação para empresa que não ofertou a proposta mais vantajosa.			



DANO:	Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da licitação, problemas na gestão do contrato.								
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO:	Alto					
AÇÃO PREVENTIVA:		Atentar se todos os requisitos do Termo de Referência ou Projeto básico e edital foram plenamente atendidos pela primeira colocada.							
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE	Adoção de lista de verificação contemplando o item "aprovação da Adjudicação/Homologação pelo setor jurídico" para posterior assinatura da autoridade máxima.						
RESPONSÁVEL		AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/ASSESSORIA JURÍDICA DO ÓRGÃO E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO							
4. MAPA DE RISCO PARA A FASE DA GESTÃO DO CONTRATO									
ETAPA:					4.1. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO				
RISCO:		Recusa de assinatura e/ou da apresentação das garantias contratuais.							
DANO:		Descontinuidade da prestação dos serviços e transtornos para a administração.							
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável		IMPACTO:	Alto				
AÇÃO PREVENTIVA:		Garantir na fase habilitatória que a empresa selecionada reúna as condições técnico-operacional e financeira necessárias à execução do objeto.							
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE		Convocar remanescente.					
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS							
ETAPA:					4.2. PUBLICAÇÃO DO CONTRATO				
RISCO:		Falta de publicidade do ato administrativo em tempo hábil							
DANO:		Descumprimento de formalidade legal							
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Pouco provável		IMPACTO:	Baixa				
AÇÃO PREVENTIVA:		Adoção de lista de verificação contemplando o item "publicação do contrato".							
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE		Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.					
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS							
ETAPA:					4.3. DESIGNAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E SUBSTITUTOS				
RISCO:		Designação de servidor sem conhecimento técnico do objeto do contrato.							
DANO:		Comprometimento dos resultados esperados. Responsabilização Subsidiária da Administração							
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável		IMPACTO:	Alto				
AÇÃO PREVENTIVA:		Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato e proporcionar capacitação.							
AÇÃO CONTINGÊNCIA:		DE		Indicar gestor e fiscal capacitado					
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS							



ETAPA:	4.4. DESIGNAÇÃO DO PREPOSTO DO CONTRATO		
RISCO:	Ausência de preposto da contratada.		
DANO:	Responsabilização direta da Administração.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Provável	IMPACTO: Médio
AÇÃO PREVENTIVA:		Incluir cláusula da fiscalização, dispositivos de indicação de fiscal e preposto e as respectivas atribuições.	
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Solicitar, imediatamente à constatação, a designação formal do preposto.	
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS	
ETAPA:	4.5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
RISCO:	Execução em desacordo com o contrato; não pagamento de salários e benefícios correspondentes à CCT, não reposição de mão-de-obra ausente, não aplicação de material.		
DANO:	Prejuízo para o erário, responsabilização subsidiária da Administração.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Realizar avaliações periódicas dos serviços; adotar indicadores de níveis de desempenho; exigir, mensalmente, comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e sociais.	
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Reter créditos, em valores correspondentes à inadimplência, e efetivar pagamento diretamente ao beneficiário e, demonstrada a incapacidade, assunção do contrato. Execução de garantia.	
RESPONSÁVEL		FISCAL E GESTOR DOS CONTRATOS	
ETAPA:	4.6. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO		
RISCO:	Prorrogação não vantajosa		
DANO:	Prejuízo para o erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Realizar pesquisa de preços com antecedência, com vista a constatar a vantajosidade da prorrogação do contrato.	
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Negociar junto à contratada, preços mais vantajosos. Não sendo possível, abertura de novo processo licitatório.	
RESPONSÁVEL		GESTOR DO CONTRATO	
ETAPA:	4.7. ALTERAÇÕES DO CONTRATO		
RISCO:	Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha.		
DANO:	Prejuízos ao erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como: sistemas, planilhas, etc.	
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento	
RESPONSÁVEL		GESTOR DO CONTRATO	
ETAPA:	4.8. REPACTUAÇÕES/REAJUSTES DO CONTRATO		



RISCO:	Desequilíbrio do contrato; Prorrogação desvantajosa; Uso de índices distintos dos fixados no contrato; análise inadequada das planilhas; jogo de planilha.		
DANO:	Prejuízos ao erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Provável	IMPACTO: Médio
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar, no contrato, critérios distintos para ajuste dos preços de mão-de-obra (CCT) e materiais (índices). Contar com apoio profissional da área na análise das planilhas. Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Ajustar os preços conforme o contrato; reter os valores pagos a maior. Negociar preços mais vantajosos	
RESPONSÁVEL	GESTOR DO CONTRATO		
ETAPA:	4.9. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS		
RISCO:	Retenção dos valores dos impostos; encargos patronais e da conta vinculada.		
DANO:	Responsabilização subsidiária.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Provável	IMPACTO: Médio
AÇÃO PREVENTIVA:	Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços, bem como dos encargos sociais.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.	
RESPONSÁVEL	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA		
ETAPA:	4.10. SANÇÕES		
RISCO:	Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.		
DANO:	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Estabelecer, conforme regulamento municipal, os ritos do processo administrativo.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.	
RESPONSÁVEL	COORDENAÇÃO JURÍDICA DO ÓRGÃO E GERÊNCIA DE PENALIDADES DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO		
ETAPA:	4.11. ENCERRAMENTO DO CONTRATO		
RISCO:	Não observar se requisitos do contrato foram plenamente atendidos.		
DANO:	Prejuízo ao erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Pouco provável	IMPACTO: Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar a inexistência de processo trabalhista, pendência trabalhistas e ressarcimentos.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Notificar a contratada para regularizar as pendências, comunicar a segurados dos inadimplementos, reter valores até o limite do ressarcimento.	
RESPONSÁVEL	COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA		



MATRIZ DE RISCO

PROBABILIDADE

90%	PRATICAMENTE CERTO					
70%	MUITO PROVÁVEL				1.1; 1.3; 2.1; 3.2; 3.5; 3.6; 3.7; 4.1; 4.3; 4.5; 4.6; 4.7; 4.11	
50%	PROVÁVEL			3.3; 4.4; 4.8; 4.9		
30%	POUCO PROVÁVEL		1.2; 2.2; 3.1; 3.4; 4.2; 4.10;4.11			
10%	RARO					

IMPACTO

MUITO
BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

MUITO
ALTO

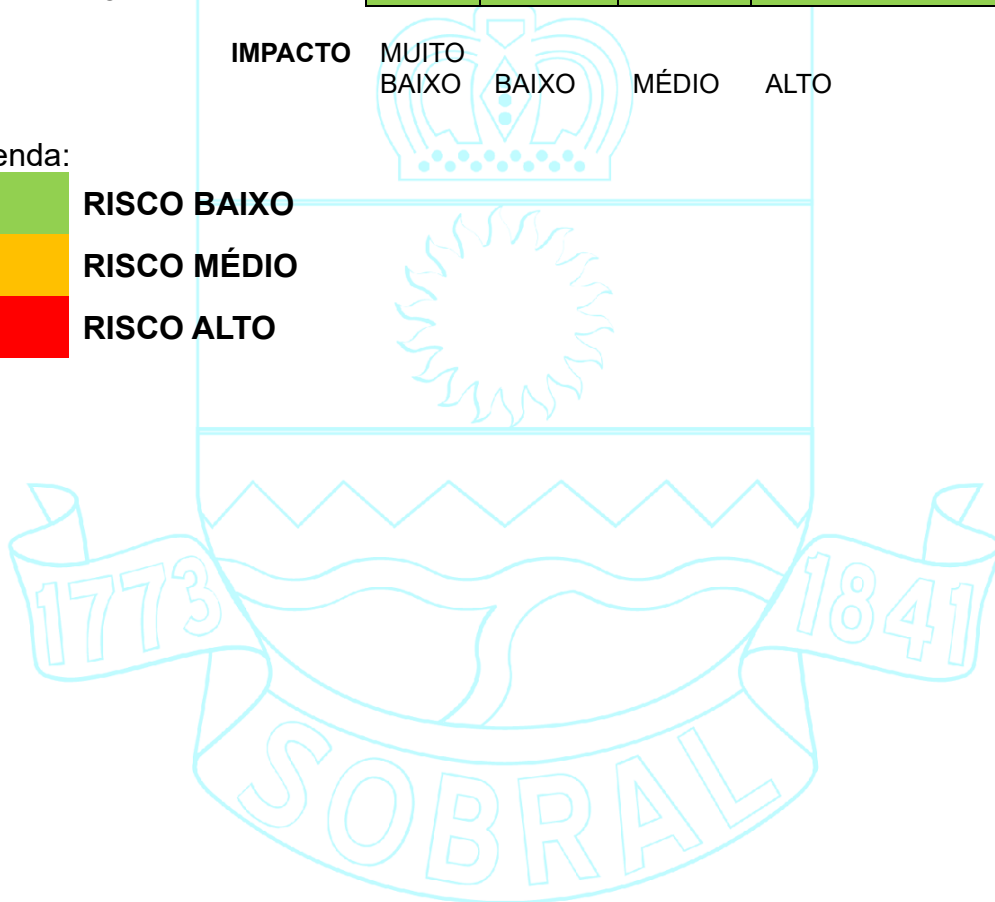
Legenda:



RISCO BAIXO

RISCO MÉDIO

RISCO ALTO





ANEXO 4 – JUSTIFICATIVA DE PREÇO

1. O valor estimado da contratação foi formado conforme pesquisa de mercado devidamente apontada no mapa comparativo de preços, respeitando exigências do artigo 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025, como também, do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
2. Na pesquisa de preços o valor estimado da contratação foi definido com base no melhor preço aferido, observadas a potencial economia de escala, sendo realizada com base nos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada:

Artigo 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025

II – Contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III – Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, estadual ou municipal, e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	Art. 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025 INCISO					
		I	II	III	IV	V	VI
1	MATERIAIS HIDRÁULICOS DIVERSOS		X	X			
2	COMPONENTES DE IRRIGAÇÃO		X	X			

- Nos casos dos incisos III, somente foram admitidos os preços cujas datas não ultrapassaram 6 (seis) meses da data da divulgação do edital.

Considerações dos preços

3. Os valores foram obtidos a partir de tabelas de referência formalmente aprovadas pelos Poderes Estadual e Federal, bem como de contratações similares realizadas pela Administração Pública e sítios eletrônicos especializados:

Link tabela SEINFRA 028.1- DESONERADA – <https://sin.seinfra.ce.gov.br/site-seinfra/siproce/desonerada/Tabela-de-Insumos-028.1---ENC.-SOCIAIS-84.44.pdf?a=1698150884946>

Link tabela SINAPI 03/2026 - DESONERADA – https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_643

4. O método utilizado neste estudo para a estimativa preliminar de preços da contratação consistiu na apuração da média dos valores obtidos por meio de pesquisa de preços realizada com base em contratações similares promovidas pela Administração Pública, sítios eletrônicos especializados e tabelas de referência formalmente aprovadas pelos Poderes Estadual e Federal. A partir da consolidação dos valores pesquisados, chegou-se ao valor estimado da contratação de R\$ 81.100,67 (oitenta e um mil e cem reais e sessenta e sete centavos).

5. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que o valor estimado não apresentasse grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado.

6. Assim, afirmo que me responsabilizo pelo levantamento dos preços de acordo com a descrição correta dos itens, requeridos pelo setor e com valor usualmente praticado pelo mercado.



ANEXO B - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AMA/CELIC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ - AMA/CELIC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE _____ - AMA

PROCESSO Nº P449351/2026

Na sede da Central de Licitações do Município de Sobral, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº PE _____ - AMA do respectivo resultado homologado em ____/____/20__, publicado no Diário Oficial do Município em ____/____/20__, às fls. _____, do Processo nº P449351/2026, que vai assinada pelo Presidente da Central de Licitações, Gestor do Registro de Preços, pelo diretor presidente da Agência Municipal do Meio Ambiente e pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

1 – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente instrumento fundamenta-se:

1.1.1. no Pregão Eletrônico nº PE _____ - AMA;

1.1.2. nos termos do Decreto Municipal nº 3.216/2023 publicado no DOM de 26/07/2023 e no 3.737/2025, publicado no DOM de 05/09/2025;

1.1.3. na Lei Federal n.º 14.133, de 01/04/2021.

2 - DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material hidráulico, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº PE _____ - AMA que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, e será incluído, na respectiva ata, o registro das licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº P449351/2026.

2.2. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

2.3. Este instrumento será assinado pela Presidente da Central de Licitações da Prefeitura de Sobral - CELIC, pelo titular da Agência Municipal do Meio Ambiente, ou, por delegação, por seu substituto legal, e pelo representante do fornecedor legalmente credenciado e identificado.

2.4. A Central de Licitações da Prefeitura de Sobral - CELIC providenciará a publicação da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Município, no sítio www.sobral.ce.gov.br, campo: SERVIÇOS/LICITAÇÕES e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

3 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: _____, inscrito(a) no CNPJ nº _____



Lote ____						
Item	Quant. Estimada	Unidade	Descrição	Marca / Fabricante	Vr. Unitário Ofertado (R\$)	Vr. Total Licitado (R\$)
1						
2						
(...)						
				TOTAL:		

3.2. Os preços registrados são os preços unitários ofertados na proposta dos detentores de preços desta Ata, conforme tabela do item 3.1, e servirão de base para futuras aquisições, observadas as condições de mercado e estabelecido no Decreto Municipal nº 3.216/2023.

4 - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será a **Central de Licitações da Prefeitura de Sobral**.

4.2. Além do gerenciador, são entidade (s) pública (s) participantes do registro de preços:

Lote nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

5 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP/ARP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 5.1.



5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovada a vantajosidade do preço, ou até o esgotamento do quantitativo nela registrado, o que ocorrer primeiro.

6.1.1. Em decorrência da publicação desta Ata, o órgão detentor do SRP poderá firmar contratos com os fornecedores com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor a recusa do detentor de registro de preços em fornecer os bens/materiais no prazo estabelecido pelo órgão detentor do registro de preços.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários.

6.2.1. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

6.2.2. Na assinatura do contrato será necessária a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

6.2.3. Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, se encontre em uma das hipóteses previstas no art. 33 do Decreto nº 3.216/2023, ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e nesta ata.

6.2.4. Neste caso, o órgão detentor comunicará ao órgão gestor, competindo a este convocar sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores, na forma dos §§ 3º, 5º e 6º do artigo 19 do Decreto nº 3.216/2023.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.8. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.8.1. Aceitarem cotar os bens/materiais com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.8.2. Mantiverem sua proposta original.

6.9. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.10. O registro a que se refere o item 6.8 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.11. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.12. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.10 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.12.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.12.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.

6.13. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.14. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.14.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.15. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.12, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.16. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.10, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



6.16.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.16.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens/materiais registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.4. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados passarão por análise contábil e jurídica, cabendo à autoridade competente do órgão gerenciador da ata registro de preços a decisão sobre o pedido, nos termos do Art. 28, caput e parágrafo único, do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

7.5. A marca ou modelo dos itens registrados poderão ser substituídos nos casos previstos no Art. 32, do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

7.6. A razão social e mudança do representante legal das empresas dos itens registrados poderão ser substituídos nos casos previstos no Art. 31, do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

8 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 11, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto nos itens 6.8 a 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 11, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1 e seus subitens, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9 - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento das quantidades registradas deverá ser observado o disposto no Art. 45, §§ 1º e 2º do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado,



com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

10.1. Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal de Registro de Preços nº 3.216/2023.

10.2. Competirá a **Central de Licitações da Prefeitura de Sobral**, órgão gestor do Sistema de Registro de Preços, o controle e administração do SRP, em especial, as atribuições estabelecidas no art. 12 do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

10.3. Caberá ao órgão detentor as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 11 do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

10.4. O fornecedor detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

10.4.1. Atender aos pedidos efetuados pelo Órgão detentor do Registro de Preços, durante a sua vigência.

10.4.2. Executar o objeto, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelo órgão detentor do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

10.4.3. Responder no prazo de até 05 (cinco) dias a consultas do Órgão Gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de Órgãos/Entidades não participantes (carona).

10.4.4. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

10.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua duração estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, observado o disposto no artigo 105 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

10.6. O contrato decorrente do registro de preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata e passará a ter eficácia a partir da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP), na forma do artigo 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133, de 2021.

10.7. O contrato decorrente da ata de registro de preços poderá ser alterado, observado o disposto no artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

11 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito nas situações previstas no art. 33 e 34 do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

11.2. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

11.2.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



11.2.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.2.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

11.2.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 11.1 e 11.2 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.5. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.6. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.6.1. Por razão de interesse público;

11.6.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.6.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

12 - DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

12.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

12.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13 – DOS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DO ADJUDICATÁRIO

13.1. Conforme previsto no § 5º, inciso VI do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e, inciso I, art. 18 do Decreto Municipal nº 3.216/2023, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens/materiais com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame é o seguinte:

Lote ____					
Classificação	Fornecedor	CNPJ	Endereço	Telefones	e-mail



OU

NENHUM LICITANTE ACEITOU COTAR O MESMO VALOR DO LICITANTE VENCEDOR

14 - CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

14.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

14.3. Fica eleito o foro do município de Sobral - CE, para conhecer das questões relacionadas com esta Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

14.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Signatários:

CARLOS HILDO GURGEL POMPEU

Presidente da Central de Licitações da Prefeitura de Sobral

Euler Fonseca Rodrigues

Diretor Presidente - AMA

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

TELEFONE:

E-MAIL:



ANEXO C - MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A

E (O) A _____, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A(O) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº _____, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº _____, e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos respectivos documentos, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato aquisição de material hidráulica, nas condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO, conforme consta nos autos do Processo nº P449351/2026.

3.2. É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, o Anexo A - Termo de Referência.

3.3. Do (s) LOTE (S) contratado(s):

Lote ____							
Item	Especificação	Marca / Fabricante	Modelo	Unid	Qntd	Valor Unitário do Item R\$	Valor total do Item R\$
Valor Total do(s) item (ns) R\$							

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia e de seus aditamentos a publicação no Diário Oficial do Município (DOM) e a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação, conforme os artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. A forma de fornecimento assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento do objeto e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:



10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.5. Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

10.1.7. Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO.

10.2. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. São obrigações do CONTRATADO:

10.3.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.3.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

10.3.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



10.3.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.3.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.3.1.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.3.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.3.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

10.3.1.11. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.3.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, cuja quantidade e qualidade deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.3.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

10.3.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 do subitem acima deste contrato, bem como nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. **Multa de 0,5%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.737/2025, em caso de **atraso injustificado da entrega do objeto** contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

12.2.4.2. **Multa indenizatória de 0,5%** (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de **recusa à assinatura do Contrato ou Ata de Registro de Preços**, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

12.2.4.3. **Multa de 0,5% a 3,0%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do artigo 92, da Lei 14.133/2021;

b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;

d) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

e) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

f) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

g) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

12.2.4.4. **Multa de 1,5% a 5,0%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando **não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto**, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;



12.2.4.5. Multa de 7,0% (sete por cento), por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando **suspender ou interromper**, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, **os serviços contratuais**.

12.2.4.6. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10,0% (dez por cento), por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando:

a) o infrator der causa, respectivamente, à **rescisão do contrato ou ao cancelamento da ata de registro de preços**;

b) **fornecer informação e/ou documento falso**;

12.2.4.7. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10,0% (dez por cento), a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, **quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção**, em relação à fase de execução contratual.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

12.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO,



observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Este contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Tesouro, de acordo com as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Função, subfunção, Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
			Federal, e/ou Estadual e/ou Municipal

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os

acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

18.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

18.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

18.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

18.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Município de Sobral no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

18.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

18.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

18.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo



aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

18.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

18.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

18.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

18.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

18.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

18.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;



18.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas as partes, a terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

18.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

18.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

18.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

18.12 Cabe ao Controlador e/ou encarregado, designado mediante Portaria, comunicar, em prazo razoável, à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares nos termos do art. 48 da LGPD.

18.13. Em caso de responsabilização do Município por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Município nos termos da legislação.

18.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

18.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução contratual será acompanhada por servidor especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

19.2. A FISCALIZAÇÃO será realizada por técnico designado especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de FISCAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município de Sobral, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação,



PREFEITURA DE SOBRAL

conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Sobral, ____ de _____ 202__

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.





ANEXO D - MODELO DE CARTA PROPOSTA READEQUADA

À

Central de Licitações do Município de Sobral

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

LOTE _____							
Item	Especificação	Marca / Fabricante	Modelo	Unid.	Quant.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
Valor Total							

Local, data

Assinatura de representante legal¹

(Nome completo e CPF)

(Função/cargo)

¹ Caso o signatário não seja sócio ou acionista da empresa licitante, deverá acostar Procuração Pública ou Particular com firma reconhecida junto à Carta Proposta.



ANEXO E - JUSTIFICATIVA PARA À NÃO PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

A vedação à participação de **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)**, encontra-se amparada em fundamentos jurídicos sólidos e em entendimento jurisprudencial consolidado, não configurando ausência de motivação técnica. Tal vedação decorre da **incompatibilidade da natureza jurídica das OSCIPs com o objeto da licitação**.

Cumprе ressaltar que **não há registro de precedentes no âmbito municipal ou em outras esferas da Administração Pública** de que OSCIPs tenham fornecido ou estejam fornecendo bens/serviços dessa natureza, o que reforça a ausência de compatibilidade material e operacional entre o objeto licitado e as finalidades estatutárias dessas entidades. Ademais, as OSCIPs, por definição, não possuem estrutura empresarial voltada à atividade mercantil de produção e fornecimento de bens, operando, em regra, por meio de **parcerias voluntárias ou termos de colaboração** regidos pela **Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil)** e/ou demais regulamentos específicos, e não pelo regime contratual administrativo da **Lei nº 14.133/2021**.

O fundamento normativo da vedação encontra respaldo, ainda, no **art. 12 da Instrução Normativa nº 5/2017**, do então Ministério do Planejamento, que dispõe que, quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço deverá ser executado obrigatoriamente por profissionais pertencentes aos seus quadros funcionais, e que, em razão dos **benefícios fiscais e previdenciários específicos** de tais instituições, **não será permitida sua participação em licitações destinadas à contratação de empresários, sociedades empresárias ou consórcios de empresas**, em respeito ao princípio da **isonomia**. O próprio dispositivo reconhece que as instituições sem fins lucrativos, por usufruírem de vantagens tributárias, possuem custos operacionais inferiores aos das empresas privadas, o que criaria uma competição desigual. Tal vedação, portanto, não restringe a competitividade, mas a **protege**, assegurando condições equitativas entre licitantes de natureza jurídica semelhante e evitando distorções decorrentes de regimes tributários diferenciados.

A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)** consolidou esse entendimento em diversos precedentes, dentre os quais se destacam o **Acórdão nº 1.406/2017 – Plenário**, que reconhece a necessidade de observância ao princípio da isonomia quando da participação de instituições sem fins lucrativos em certames com empresários, e o **Acórdão nº 2.426/2020 – Plenário**, no qual o Tribunal determinou que a **Secretaria de Gestão do Ministério da Economia** modificasse o art. 12 da IN nº 5/2017, restringindo a participação em licitações apenas às instituições sem fins lucrativos qualificadas como OSCIPs, e desde que participem sob essa condição jurídica, vejamos:

“9.3. determinar à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEDGGD/ME), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 4º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, que adote providências para modificar o parágrafo único do art. 12 da IN 5-Seges/MP, de 26/5/2017, e informe ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, os encaminhamentos realizados, visando a:

9.3.1. restringir a participação em licitações públicas somente às instituições sem fins lucrativos qualificadas como Oscip, participantes sob esta condição;”

Desse modo, a Corte de Contas deixou claro que é **lícita a restrição da participação de OSCIPs em licitações quando não houver compatibilidade entre sua finalidade institucional e o objeto da contratação**. Tal entendimento foi contemplado também nos Acórdãos nº 2.847/2019 e nº 746/2014, firmando a compreensão de que, nas hipóteses em que o objeto licitado exige estrutura empresarial e fins econômicos, a vedação é legítima, por decorrer de regra já pacificada.



PREFEITURA DE SOBRAL

Dessa forma, considerando que o objeto em questão se trata de aquisição de material hidráulico, conclui-se que a exclusão de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) não configura restrição indevida à competitividade, mas sim ato administrativo legítimo, necessário e devidamente motivado, amparado em fundamentos jurídicos, técnicos e isonômicos já pacificados e consolidados. A vedação prevista no edital reflete a correta interpretação do ordenamento jurídico e da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que reconhece a discricionariedade técnica da Administração Pública para restringir a participação de entes cuja natureza institucional, estrutura jurídica ou finalidade estatutária se mostrem incompatíveis com a execução do objeto licitado.

Por essa razão, a medida adotada encontra-se plenamente amparada no princípio da isonomia e na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo desnecessária motivação adicional nos autos, por tratar-se de entendimento pacificado, juridicamente seguro e validado pelo controle externo.

